

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

LISYANNE PEREIRA RIBEIRO

**POLÍTICAS CULTURAIS E O BRANQUEAMENTO DO
TERRITÓRIO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2025

LISYANNE PEREIRA RIBEIRO

POLÍTICAS CULTURAIS E O BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Prof. Dr. Luis Régis Coli Silva Júnior

Rio de Janeiro
2025

CIP - Catalogação na Publicação

R484p Ribeiro, Lisyanne Pereira
Políticas culturais e o branqueamento do
território na Zona Portuária do Rio de Janeiro /
Lisyanne Pereira Ribeiro. -- Rio de Janeiro, 2025.
97 f.

Orientador: Luis Régis Coli Silva Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2025.

1. Planejamento Urbano. 2. Políticas culturais.
3. Branqueamento do território. 4. Empresariamento
urbano. 5. Rio de Janeiro. I. Silva Júnior, Luis
Régis Coli, orient. II. Título.

LISYANNE PEREIRA RIBEIRO

POLÍTICAS CULTURAIS E O BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Régis Coli Silva Júnior (Orientador)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Profa. Dra Mariana Luscher Albinati
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

RESUMO

Este trabalho analisa o alinhamento entre as políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e a preservação das territorialidades negras da região da Pequena África, localizada na zona portuária da cidade. A pesquisa parte da compreensão de que, no contexto da realização do Projeto Porto Maravilha, ocorre um processo de empresariamento urbano, inserido na lógica da cidade-empresa e de parcerias público-privadas (PPP), que tensiona a permanência de grupos e manifestações culturais negras no território. A partir da análise de documentos institucionais, editais públicos e entrevistas com agentes culturais atuantes na região, identificam-se os limites e contradições das políticas culturais voltadas à Pequena África no período de 2009 a 2023. Os resultados apontam que, embora haja iniciativas pontuais voltadas à questão racial, como o programa “Zonas de Cultura – Porto e Pequena África”, as ações implementadas são fragmentadas e marcadas por uma lógica empresarial de gestão cultural, a qual mercantiliza e busca tirar a produção cultural da dimensão de política pública. Tais políticas reforçam o branqueamento do território, entendendo-se este como o apagamento simbólico e material das presenças negras em função da reconfiguração urbana e do redirecionamento da função cultural para fins de requalificação e mercado. A pesquisa conclui que o campo cultural, na atual configuração da governança urbana, opera mais como instrumento de ordenamento e legitimação do projeto urbano do que como política de reparação ou garantia de permanência para as territorialidades negras da cidade.

Palavras-chave: empresariamento urbano; branqueamento do território; políticas culturais; Pequena África; Cidade do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This study analyzes the alignment between the cultural policies developed by the Municipal Secretariat of Culture of Rio de Janeiro and the preservation of Black territorialities in the Pequena África region, located in the city's port area. The research is based on the understanding that the implementation of the Porto Maravilha Project reflects a process of urban entrepreneurialism, embedded in the logic of the entrepreneurial city and in public-private partnerships (PPPs), which puts pressure on the permanence of Black cultural expressions and social groups in the territory. Through the analysis of institutional documents, public calls for proposals, and interviews with cultural agents active in the region, the study identifies the contradictions and limitations of cultural policies aimed at Pequena África between 2009 and 2023. The findings reveal that, although some initiatives address racial issues — such as the “Zonas de Cultura – Porto e Pequena África” program — the actions implemented are fragmented and shaped by a managerial logic that treats culture as a marketable asset, detaching it from its role as public policy. These cultural policies contribute to the whitening of the territory, understood as the symbolic and material erasure of Black presence, driven by urban reconfiguration and the repurposing of cultural space in favor of redevelopment and market interests. The study concludes that, within the current configuration of urban governance, cultural policy functions more as a mechanism of control and legitimation of urban projects than as a means of historical reparation or assurance of permanence for Black territorialities in the city.

Keywords: urban entrepreneurialism; territorial whitening; cultural policies; Pequena África; City of Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição de recursos para a cultura no Projeto Porto Maravilha em 2016.	23
Figura 2 - Organizações e acesso a auxílio/subvenção.	29
Figura 3 - Circuito da Herança Africana (CCPAR).	53
Figura 4 - Mapa da Pequena África e os diversos atores envolvidos.	54
Figura 5 - Área de abrangência do Projeto Zonas de Cultura Porto e Pequena África.	64
Figura 6 - MUHCAB.	69
Figura 7 - Exposição no Jardim Suspenso do Valongo (Casarão Cultural João de Alabá- Instituto Cena Portuária).	75
Figura 8 - Rolé dos Favelados.	80
Figura 9 - Sede do Instituto entre o Céu e a Favela.	84

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CBT	Confederação Brasileira de Teatro
CCPAR	Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
CEPACs	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DIT	Divisão internacional do trabalho
E1	Entrevistada 1
FETAERJ	Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro
IBA	Instituto Brasileiro de Arqueologia
IDG	Instituto de Desenvolvimento e Gestão
IPEAFRO	Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPN	Instituto dos Pretos Novos
ISS	Imposto sobre Serviços
MAR	Museu de Arte do Rio
MEI	Microempreendedor Individual
Minc	Ministério da Cultura
MUHCAB	Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OS	Organização Social
OUC	Operação Urbana Consorciada
PE	Planejamento Estratégico
PPP	Parcerias público-privadas
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SMC	Secretaria Municipal de Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A CIDADE E GOVERNANÇA NEOLIBERAL.....	13
2.1 Empresariamento urbano na gestão da cidade.....	13
2.2 O projeto Porto Maravilha e investimentos culturais na cidade neoliberal	21
3 INTERVENÇÕES URBANAS NA ÁREA CENTRAL e na ZONA PORTUÁRIA NA PEQUENA ÁFRICA.....	42
3.1 O branqueamento do território na Pequena África.....	42
3.2 Intervenções urbanas na área central na Pequena África e na Zona Portuária.....	55
4 AGENTES CULTURAIS LIGADOS ÀS TERRITORIALIDADES NEGRAS DA REGIÃO DA PEQUENA ÁFRICA E O ACESSO A POLÍTICAS CULTURAIS E INVESTIMENTOS.....	62
4.1 Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro.....	65
4.2 Casarão Cultural João de Alabá (Instituto Cena Portuária).....	69
4.3 Rolé dos Favelados.....	76
4.4 Instituto entre o Céu e a Favela.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXO A.....	9

1 INTRODUÇÃO

O Cais do Valongo, na cidade do Rio de Janeiro, foi o porto que mais recebeu escravizados ao longo da história da construção da cidade. Além de ser o maior porto de entrada de africanos escravizados, o seu entorno se constituiu ao longo da história como a Pequena África, lugar de memória e de manifestação da cultura afro-brasileira. A Zona Portuária da cidade, abrangendo os bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa, onde se localiza a Pequena África (GOMES, 2014; MOURA, 1995), foi palco de diversas intervenções urbanas ao longo dos anos que visaram modernizar essa região, atendendo a interesses mercadológicos. Neles, não estão incluídas as populações com menor poder aquisitivo que, na zona portuária, são majoritariamente negras. Elas são impactadas por processos de remoção e até de exclusão no acesso a políticas de renovação urbana na região.

Em 2009, na zona portuária, se iniciou o projeto de renovação urbana, o Projeto Porto Maravilha, o qual marca um discurso de revitalização de uma área abandonada e a construção de um legado Olímpico para a cidade. O projeto é fruto de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), criada pela Lei Municipal 101 de 2009, instaurando uma parceria público-privada (PPP). Dessa forma, foram realizadas obras de infraestrutura urbana a partir de vultosos investimentos na região com o objetivo de atrair o mercado imobiliário, turístico e cultural. A mudança foi significativa na paisagem e no território, desenvolvendo novos usos para a região.

Nos últimos anos, gestores públicos de grandes cidades ao redor do mundo realizaram reformas urbanas como forma de atrair recursos para inserir cidades no modelo capitalista neoliberal. São exemplos de cidades como Buenos Aires, Barcelona, Lisboa e outras. A governança neoliberal da cidade marca no Planejamento Estratégico (PE) as últimas gestões da cidade, representadas pelo prefeito Eduardo Paes e Marcelo Crivella durante a implementação do Projeto Porto Maravilha. Trata-se de um modelo de gestão que orienta a cidade do Rio de Janeiro para as diretrizes da cidade-empresa (VAINER, 2013) e promove o processo de empresariamento urbano (HARVEY, 1996). O projeto segue modelos internacionais de Planejamento Urbano para a construção de uma imagem de uma cidade global que prioriza a inovação, o desenvolvimento e a cultura. Dessa forma, percebe-se a intensão da gestão pública de interagir nesse espaço de maneira harmônica.

É neste contexto que a cultura toma um lugar de destaque no projeto de renovação urbana. Para a venda dos atributos culturais da nova Zona Portuária, novos símbolos arquitetônicos grandiosos são constituídos como marcos do novo polo turístico e cultural de renovação urbana da cidade. O Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio se tornaram os marcos dos equipamentos culturais presentes na região, ambos geridos por contratação de Organizações Sociais (OS). Ao lado de novos atrativos, coexistem, na região portuária, patrimônios e bens materiais como o Cais do Valongo e a Pedra do Sal, e imateriais relacionados a territorialidades negras. Esses marcam a presença negra no presente e no passado. São práticas culturais tradicionais e contemporâneas no território que preservam lugares de memória e valorizam símbolos compreendidos no lugar que reconhecemos hoje como Pequena África.

De maneira contraditória, o mesmo projeto de renovação urbana que reconhece esses bens materiais e imateriais, exaltando a diversidade, exclui a população negra do acesso, de maneira ampla, às políticas empreendidas na região. Essa promoção da cultura negra ocorre dentro de uma perspectiva mercantilizada. O novo plano urbanístico promove o discurso de que as intervenções urbanas e a identidade local podem existir concomitantemente para servir ao desenvolvimento econômico das cidades. No entanto, vale lembrar que a maioria dessas ações de reconhecimento é resultado de embates políticos, lutas antirracistas de militantes e organizações do movimento negro, e de moradores e ativistas. A cultura neste contexto aparece como arena de luta para reivindicação de direitos e preservação da memória na região.

Os desdobramentos do empresariamento urbano (HARVEY, 1996), aqui entendido como a transformação do espaço das cidades em uma mercadoria, a qual busca atender aos interesses de empresas e promotores imobiliários, toma contornos mais específicos. A região de planejamento Portuária I da Área de Planejamento 1(AP1) no centro da cidade do Rio de Janeiro, na qual se realiza o projeto, está localizada no território compreendido como Pequena África e é a de maior ocupação negra na região, segundo censo do IBGE (2010)¹. Para análise deste contexto de disputas territoriais, no que se refere ao processo de

¹ População por cor/raça e sexo, segundo as Regiões Administrativas (RA) do Município do Rio de Janeiro, em 2000/2010: <https://www.data.rio/documents/71f88f34425b4ebeb290472f3c24828a/about>

branqueamento do território, Santos (2009) propõe três dimensões de análise, quais sejam, o branqueamento da ocupação, da imagem e da cultura do território. Esse processo engloba ações que evidenciam desde a mudança da composição populacional no território, com a expulsão da população negra, direta ou indiretamente, passando pela mudança na imagem e da cultura do território a partir de narrativas eurocêtricas que moldam a forma como o território é percebido, trazendo novos símbolos de identificação e ressignificando os já existentes. Dessa forma, para analisar as intervenções urbanas na Pequena África, o conceito de branqueamento do território será mobilizado para auxiliar na compreensão das disputas territoriais ligadas à preservação da área. Observamos que atores sociais, circuitos turísticos, patrimônios culturais, organizações culturais, dentre outros, são atingidos pela lógica do empresariamento urbano e do branqueamento do território. Estes são colocados como mercadoria. Assim, a própria identidade do território se torna um produto a ser vendido na “cidade empresa” com a renovação de centros históricos que colocam a cidade no circuito do mercado competitivo global.

Com as parcerias público-privadas (PPP) da cidade empresa, o Porto Maravilha é um marco desses processos. No entanto, nos últimos anos ocorreram mudanças nos discursos e ações de governança que antes não demonstravam menor ou nenhuma atenção para as questões raciais e que nos últimos anos, fruto da demanda de movimentos negros na luta antirracista, adequaram algumas políticas para a região da Pequena África. Contudo, é necessário olhar com cautela os anúncios efetivos dessas ações conduzidas pela prefeitura e entender o quanto esses grupos são efetivamente contemplados pela implementação dessas políticas.

Dados apresentados pela prefeitura do Rio de Janeiro sobre ações de intervenção na zona portuária revelam que a maior parte dos recursos destinados à cultura são repassados para parcerias público privadas. Nesse modelo de cidade empresa, a gestão de espaços culturais como museus e outras iniciativas promovem novos símbolos culturais em detrimento dos grupos culturais negros atuantes historicamente na região.

A hipótese é que, dentro da lógica neoliberal, a dimensão da cultura nas políticas públicas vigentes nos recentes programas de requalificação urbana (Porto Maravilha), levados a cabo na zona portuária, valem-se da hierarquização entre os grupos, movimentos sociais e culturais ligados às territorialidades negras e instituições, atores e centros culturais hegemônicos. O Porto Maravilha é um grande

exemplo desse modelo, no qual instituições privadas são responsáveis pela administração de equipamentos culturais na região e, portanto, são privilegiadas ou intermediadoras de gestão e recursos nas políticas culturais. Este presente trabalho buscou responder: Como ocorre o alinhamento entre as políticas culturais da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e a preservação das territorialidades negras da Pequena África?

O objetivo geral deste estudo é analisar como está o alinhamento entre a preservação da memória e a atuação de grupos ligados a territorialidades negras na Pequena África e as políticas culturais da Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro. A fim de operacionalizar esta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: i) compreender o processo de empresariamento urbano na governança neoliberal a partir da realização do Projeto Porto Maravilha na zona Portuária do Rio de Janeiro; ii) analisar o branqueamento do território na Zona Portuária do Rio de Janeiro a partir de reformas urbanas e das políticas públicas culturais empreendidas na região relacionadas à Pequena África; iii) compreender em que medida organizações culturais ligados às territorialidades negras da região da Pequena África vem sendo contemplados por políticas culturais no município do Rio de Janeiro de 2009 a 2023.

Com base na análise das políticas públicas realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) voltadas para a cultura da região objeto do estudo, será observada a ocorrência de ações voltadas à questão racial e a forma como é mencionada a Pequena África. Para tal, foram analisados documentos da SMC e o Planejamento Estratégico (2021-2024), a fim de identificar políticas culturais voltadas para a questão racial e para a Pequena África e seus desdobramentos para o público-alvo das ações. Também foi realizado um levantamento de dados secundários, quali-quantitativos e uma pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas.

A escolha dos entrevistados se deu através da identificação dos principais envolvidos nas políticas culturais para a região da Pequena África. O acesso aos entrevistados se deu em função do acesso daqueles que se dispuseram a participar da pesquisa. Além da entrevista cedida pela assistente da Secretaria Municipal de Cultura, os agentes culturais foram escolhidos pela atuação nos territórios e acesso ao Edital Zonas de Cultura Porto e Pequena África.

Este trabalho foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo abordará o empresariamento urbano e o neoliberalismo nas cidades, especialmente as ações da prefeitura para a cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos, com destaque para o Projeto Porto Maravilha. Ainda neste capítulo, serão apresentados os investimentos do projeto para a região e suas políticas culturais. No segundo capítulo serão apresentadas as intervenções urbanas na Pequena África e o branqueamento do território. O terceiro capítulo apresentará o resultado das entrevistas com representante responsável na área de projetos da SMC e três organizações culturais ligadas às territorialidades negras.

2 A CIDADE E GOVERNANÇA NEOLIBERAL

2.1 Empresariamento urbano na gestão da cidade

A crise do petróleo ocorrida na década de 1970 marcou esse período de forma significativa, instaurando uma nova fase do sistema capitalista e uma crise econômica global. Países industrializados, com forte dependência econômica da importação do petróleo de países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), viram os preços do produto disparar, resultando na estagnação da produção de bens, alta inflação dos preços e desemprego. Dessa forma, instaurou-se a recessão econômica mundial que marcou o período de transição do sistema de produção fordista, baseado na articulação entre produção de massa e consumo de massa, para o novo regime de acumulação flexível. No processo de acumulação capitalista a produção em massa e diversificada de bens para o mercado consumidor garantiu o crescimento econômico dos países centrais do sistema capitalista. O Welfare State ou Estado de Bem-estar Social, que garantia à classe média acesso a bens de consumo e serviços, foi gradativamente substituído por um modelo mais flexível, o que levou ao enfraquecimento do Estado de bem-estar social e ao ingresso do neoliberalismo como a nova ordem política e econômica.

Os anos 1970 e 1980 foram marcados pela reestruturação econômica, social e política. Em relação ao trabalho, os regimes de contratação de trabalhos flexíveis de subcontratação (terceirização) de pequenos negócios tornaram-se fundamentais para as novas economias capitalistas e não apenas como uma alternativa ao sistema produtivo vigente. Esse modelo permitiu a produção de uma grande variedade de bens personalizados e adaptados às demandas específicas do mercado consumidor. A acumulação flexível torna-se um sistema lucrativo para o capitalista, ao passo que, especialmente nos países centrais, o capital é investido em tecnologia e inovação para maximizar a margem de lucro dos capitalistas. Para Harvey (1996, p. 140), a acumulação flexível,

é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente

intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1996, p. 140)

Enquanto as grandes empresas se beneficiam das subcontratações para aumentar seus lucros e enfraquecem assim o poder de mobilização de trabalhadores, antes atrelados aos sindicatos de fábricas, uma outra forma se apresentou neste modelo das subcontratações. Foram os novos modelos de consultoria e o surgimento de “empreendedores”, como estratégia de sobrevivência ao desemprego de grupos marginalizados e trabalhadores informais. Esse modelo permitiu maior fluidez nos modelos de produção para atender as demandas do mercado, aumentando a competição, as disputas de inovações e novas tecnologias pelas grandes corporações empresariais. No entanto, no caso dos “empreendedores”, a precariedade aumentou com a desregulamentação do mercado de trabalho em diversos países.

A flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados, de produtos, do padrão de consumo e serviços foram transformados pelo que Harvey (1996) chama de “compressão do espaço-tempo”, resultando na dispersão geográfica do capital, o que promoveu rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento mundial. Um grande exemplo são os conjuntos industriais e as maquiladoras, que passaram a se instalar em regiões periféricas, ao passo que se reconstroem novos focos de acumulação flexível. Enquanto isso, nos países centrais há um aumento na demanda de trabalhadores no setor de serviços.

Harvey (1996) aponta que neste contexto de centralização e descentralização do modelo de produção capitalista, a inovação tecnológica e a informação na competitividade do mercado são cruciais para manter a organização deste sistema. Consolida-se nesse momento um sistema financeiro global complexo altamente integrado por comunicações instantâneas. Os serviços financeiros, o mercado de ações e a mobilidade do dinheiro deram mais autonomia aos sistemas financeiros que antes se concentravam em atividades de produção e consumo.

Concomitante a esse processo, o neoliberalismo se constitui como uma nova ordem política e econômica. Segundo Stephen Graham, em seu livro *Cidades Sitiadas*, o neoliberalismo tem como base a desregulamentação do mercado, a redução do papel do Estado na economia, a privatização de empresas estatais e abertura para o capital estrangeiro (GRAHAM, 2016). A dispersão geográfica apontada por Harvey (1996) para inserção dos países na Divisão Internacional do

trabalho, também destacada por Graham, é materializada na expropriação de riquezas de países periféricos por países centrais para a abertura dos mercados para as operações do capital financeiro global:

A riqueza foi arrancada das economias pobres e vulneráveis pelas predações flagrantes do capital global, organizadas a partir de umas poucas megacidades do Norte. Políticas de ajuste estrutural (SAPs, na sigla em inglês) impostas às nações pobres do mundo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial entre o fim da década de 1970 e o fim da de 1990 reorganizaram economias ignorando questões de bem-estar social e segurança humana. O resultado foi uma ruptura enorme, insegurança disseminada e um processo de urbanização gigantesco e informal. Condições deteriorantes em áreas agrícolas cada vez mais mercantilizadas – muitas vezes combinadas com a remoção forçada de sistemas de bem-estar social sob as restrições das políticas de ajuste estrutural – forçaram muitas pessoas a migrar para a cidade (GRAHAM, 2016, p. 52)

Essa mudança no paradigma afeta o espaço urbano, resultando nos diferentes modelos de produção de base industrial em respostas às crises do sistema capitalista. Isso evidencia mais uma vez a transição do sistema de acumulação do capital (fordista-keynesiano) para o sistema de acumulação flexível (HARVEY, 1996), fundamental para a existência do capitalismo contemporâneo. Com a reestruturação econômica, cultural e política das cidades globais e o avanço da tecnologia, gera-se nas economias pobres e vulneráveis a necessidade de adaptarem-se ao novo modelo de produção, que na verdade carrega antigas cicatrizes do mundo moderno-colonial.

Harvey (1996) aponta que, a partir dos anos 1970, é recorrente a mudança do gerenciamento urbano para o empresariamento urbano, resultando em desemprego, desindustrialização, privatização, conservadorismo na forma de governança, com maior ênfase na ação local, em que negociações financeiras se dão entre o capital internacional e poderes locais. Dessa forma, o novo empresariamento urbano utiliza o poder público para investir em atividades locais para atrair fontes externas de financiamento e demais investimentos do setor privado através, por exemplo, de parcerias público-privadas.

Nesse novo modelo de governança [empresariamento urbano], a administração urbana assume o papel de coordenar o espaço urbano, de forma a atender aos objetivos de setores do mercado que compõem a coalizão urbana. Para isso, é necessário a atuação de agentes sociais, coalizões políticas e alianças de classes como alicerce para o empresariamento urbano. Agentes sociais como

empresários, incorporadores imobiliários, sindicatos, ONGs, partidos políticos, movimentos sociais e etc. Nessas alianças há a necessidade de um intermediador capaz de mediar ações, mesmo que com objetivos distintos, para que seja possível viabilizar projetos específicos. A mediação pode ser realizada por figura pública, uma instituição ou organizações sociais ou empresas.

A principal característica do empresariamento urbano é a parceria público privada, que tem como principal objetivo político e econômico promover reformas urbanas a partir de empreendimentos urbanos pontuais e especulativos para atração de capital. Um exemplo disso, como aponta Harvey (1996), são os investimentos públicos e privados em infraestrutura física e sociais nas regiões metropolitanas, com base na exportação de bens e serviços para atender as demandas do capital frente a nova divisão internacional do trabalho (DIT). Ainda conforme o autor, esse fenômeno desenvolve a competição, oferecendo vantagens específicas para a exploração de recursos, redução de custos locais para a produção, exploração e pesquisa, além da isenção de impostos, crédito e terrenos. Uma das consequências dessa mudança na cidade seria a competição interurbana. Assim, as cidades disputam entre si para sediar empresas e atrair capital. Na prática, a gestão das prefeituras das cidades oferece benefícios fiscais e infraestrutura para empresas se instalarem na região, assumindo os custos da logística dos empreendimentos.

Outro exemplo seria o aumento da competitividade a partir da divisão espacial do consumo. Para além das ações de consumo voltadas ao turismo após os anos 1950, novos atrativos são incorporados a essa demanda de consumo (HARVEY, 1996). Atrativos voltados para a qualidade de vida, valorização do espaço, inovação cultural, arquitetura moderna e demais elementos da renovação urbana compõem esse novo cenário atrativo. Festivais e eventos culturais teriam um papel fundamental na construção de um clima amistoso e receptivo, tornando-se símbolos de comunidades e modos de vida nas cidades, além de, supostamente, ajudar a reverter quadros de estagnação econômica. Além de concentrar nesses espaços funções de gestão e controle, com uso de tecnologia, informação, produção de conhecimento e serviços financeiros como fonte de sobrevivência urbana.

Com o avanço da tecnologia e da informação, barreiras espaciais foram rompidas, acirrando a competição entre as localidades, a administração urbana passou a se responsabilizar em promover um espaço propício aos negócios frente ao mercado multinacional para a acumulação de capital. Ao passo que essas

estratégias são implementadas pelo novo momento do empresariamento urbano, criam novos símbolos para afirmar a imagem desses espaços “bem-sucedidos”, marcada pela concentração de espetáculos, no entanto, cercada de dívidas e pobreza social.

Na década de 1990, no contexto econômico no Brasil de mudanças demográficas, cortes nos gastos públicos, privatização e desregulamentação do trabalho, outras instâncias orientadas ao neoliberalismo passam a mudar a forma de planejamento das cidades e encontram no Brasil um ambiente propício para a implementação do Planejamento Estratégico. O Planejamento Estratégico chega e se dissemina no Brasil nos anos 1990, inspirado no modelo de gestão empresarial do setor público da Europa e EUA.

Diferente de como aconteceu nos outros países, como na reforma urbana realizada em Barcelona, que contou com apoio financeiro da União Europeia, as cidades brasileiras contam com a participação ativa da prefeitura, ou seja, da escala local do governo. Este atua como promotor de grandes operações urbanas, ao invés de exercer sua função de planejador urbano, enquanto as instituições privadas assumem o comando de onde deve-se investir o recurso público.

Esse modelo de parcerias público-privadas direciona as tomadas de decisão e o ordenamento das ações de planejamento das cidades para atender às demandas do mercado internacional com vistas a atrair investimentos e tornar-se competitiva e produtiva. Na lógica do empresariamento da gestão urbana, as parcerias público-privadas superam a divisão rígida entre os setores públicos e privados, como aponta Vainer (2013), o interesse privado sobressai sobre o interesse público.

O Plano Estratégico das cidades tem a missão de definir o que é importante para a cidade, orientar na tomada de decisões de gestores públicos, com metas, indicadores e outras métricas com vistas a garantir a eficácia e inovação na gestão pública. Os princípios de gestão, influenciados pelo neoliberalismo, propagam o discurso de eficácia exercida pelo setor corporativo, baseada na lógica de desempenho e prestação de serviços. Percebe-se nessa proposta a importância deste instrumento para a gestão das cidades, no entanto, é necessário analisar esse modelo de gestão de maneira crítica, que foi importado para a gestão pública de cidades brasileiras.

Segundo Vainer (2013), o Planejamento Estratégico Urbano repete o modelo de planejamento empresarial e implica na construção de um projeto de cidade que se apresenta como único meio eficaz de fazer frente às novas condições impostas às cidades e aos poderes locais no mundo globalizado. Nesse sentido, a gestão pública é vista como se fosse uma empresa gestora de uma cidade, a qual passa por uma administração focada na competitividade e na venda de seus atributos para atender às demandas do mercado, o qual dita as regras e o modelo de planejamento e a ação da gestão da cidade.

Com o pensamento hegemônico da cidade, transferem-se os mesmos parâmetros desses projetos de países centrais, baseados na lógica empresarial, para o âmbito da gestão urbana de cidades de países periféricos, como o caso da cidade do Rio de Janeiro, inspirada em reformas como as ocorridas em Barcelona. Sob o discurso de necessidades impostas pela globalização, projetam-se cidades competitivas na escala local/global, menosprezando assim a escala nacional e os desafios da gestão pública brasileira. Vainer (2013) ainda destaca que planejadores se utilizam de ferramentas que envolvem o marketing urbano para a venda de uma cidade colocada como mercadoria de luxo, dedicada ao mercado internacional. Esse modelo de parcerias público-privadas direciona as tomadas de decisão e o ordenamento das ações de planejamento das cidades para atender às demandas do mercado internacional, com vistas a atrair investimentos e torná-las competitivas e produtivas.

Na lógica do empresariamento da gestão urbana, as parcerias público-privadas superam a divisão rígida entre os setores públicos e privados. O privado, aqui cabe destacar, não se refere ao interesse de indivíduos, mas da classe empresarial, que embora não opere de maneira uníssona, organiza-se para garantir seus privilégios no empresariado urbano. Essa forma de planejamento urbano se reafirma excludente à medida que objetiva priorizar os interesses da iniciativa privada em detrimento das reais necessidades dos cidadãos residentes na cidade.

As disputas políticas em torno das tomadas de decisões, relacionadas às políticas públicas presentes nos modelos de governança, até os dias atuais, podem ser compreendidas pelo contexto histórico do neoliberalismo no Brasil durante o processo de democratização nos anos 1980. Dagnino (2004) apresenta as noções de sociedade civil, participação e cidadania neste contexto de disputa política e parte de uma crise discursiva que resulta da “confluência perversa”. Essa disputa,

segundo a autora, possui dois lados, o do projeto neoliberal e o do projeto democratizante, os quais possuem uma identidade de propósito comum em relação a participação da sociedade civil, no entanto, os significados dos discursos, da linguagem, dos sentidos e práticas políticas apontam para objetivos antagônicos².

Ambos os projetos políticos, em seus discursos, defendem uma *sociedade civil* ativa e propositiva. Com o avanço democrático no Brasil, vivenciado no período da Constituição de 1988, passou-se a ter a participação em conselhos gestores, além de discussões sobre orçamento público por movimentos sociais, ongs e demais representantes da sociedade civil. No entanto, ao passo que esses espaços são ocupados, também se observa um encolhimento do Estado que, em nível global, serve ao projeto neoliberal a partir das suas agendas e dinâmicas nas esferas locais e nacionais.

Para exemplificar a “confluência” perversa, Dagnino (2004) aponta a relação entre as ONGs e o Estado. Essa parceria funciona de forma ideal para a articulação deste sistema, em que o Estado transfere suas responsabilidades para organizações sociais que visam produzir resultados pontuais e provisórios para desafios estruturais como as desigualdades sociais e pobreza. Basicamente, o estado contrata instituições como prestadoras de serviços e promove, ao mesmo tempo, a despolitização da sociedade civil, em que a demanda de atuação revela o desejo de sua equipe diretiva, rompendo com vínculos e espaços antes destinados aos movimentos sociais. Estes últimos, por sua vez, têm que se adequar a esse sistema como modo de sobrevivência da sua atuação e lutas por demandas. Como apresentado pela autora:

Seu desempenho, vinculado aos diferentes projetos políticos que as mobilizam, é, com frequência, também afetado pela necessidade de assegurar sua própria sobrevivência. Além delas, papel fundamental têm os diferentes governos locais, em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal, no caso brasileiro), que, dependendo de seus respectivos projetos, buscam parceiros confiáveis e temem a politização da interlocução com os movimentos sociais e com as organizações de trabalhadores, uma tendência alimentada pela mídia, com frequência por motivos semelhantes. (DAGNINO, 2004, p. 149)

Outra relação que aparece no texto de Dagnino (2004) é a ideia de participação como filantropia, solidariedade e responsabilidade social de indivíduos e

² Longe de desenvolver uma análise dualista, a autora propõe uma perspectiva de análise em que ambos os projetos se atravessam.

empresas, numa perspectiva individualista e privatista onde o sentido de participação é redefinido e despido de significado político e coletivo. Dagnino (2004), neste contexto, afirma que a atuação desses indivíduos fica restrita às responsabilidades de implementação e a execução de políticas públicas, ou seja, no âmbito da gestão.

Para além dessas formas de atuação, com o avanço do neoliberalismo e suas novas formas de garantir sua perpetuação, as empresas também assumiram o poder em espaços de decisão, em que o Estado atende a suas demandas. Um exemplo seria a demanda por projetos de empreendedorismo e inovação, que oferecem formação nessas áreas com vistas a promover a auto sustentabilidade, captação de recursos ou qualificação para os poucos empregos ainda disponíveis. Nesta perspectiva, a autora traz a noção de cidadania que foi apropriada pelo neoliberalismo, que gira “em torno das demandas aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc., e de questões como gênero, raça, etnia, etc.” (DAGNINO, 2004, p. 153).

A noção de cidadania apresentada pela autora, além do processo de construção e reconhecimento das pessoas como sujeitos de direitos, promove uma nova sociabilidade, com regras de convivência que expressam relações sociais mais igualitárias, criando uma dimensão pública da sociedade. Tais princípios, segundo ela, apontam para uma transformação social radical da sociedade e nas estruturas das relações de poder. E que, de fato, esse discurso orientou muitos movimentos sociais e até mesmo a mudanças institucionais como a criação da “Constituição Cidadã”.

No entanto, todo esse discurso não escapou de ser alvo das concepções neoliberais. A redução do significado coletivo para o individualista, a conexão entre mercado e cidadania, estabelecida em uma relação entre consumidor e produtor. Nesse modelo, apontam-se a responsabilidade social, filantrópica e o voluntariado como soluções para problemas estruturais de desigualdade e pobreza. O que se observa nesse sentido é uma “gestão técnica”, geralmente realizada por instituições do chamado terceiro setor, entre os diferentes tipos de interesse e necessidades das demandas da sociedade. Por um lado, atende de forma pontual o público-alvo e, para investidores, ajuda a promover a construção da imagem pública de engajamento em causas sociais.

A confluência perversa é evidenciada no avanço dos últimos anos no âmbito da participação da sociedade civil em espaços de poder, mesmo que de maneira controlada e atrelada a interesses neoliberais, no entanto, cada vez mais ao processo de encolhimento da ação do Estado e a transferência de suas responsabilidades. Se antes o projeto neoliberal apontava para manter o Estado mínimo, as novas concepções de responsabilidade social, participação e cidadania apontam para o mínimo indispensável para o avanço neoliberal, “também com uma concepção minimalista tanto da política como da democracia. Minimalista, porque restringe não apenas o espaço, a arena da política, mas seus participantes, processos, agenda e campo de ação” (DAGNINO, 2004, p. 160).

A “confluência perversa”, por vezes, aponta para a despolitização e captura das ações da sociedade civil por projetos de interesse do mercado. Como forma de resistência, movimentos sociais ligados à cultura negra na Pequena África, permanecem atuantes na região, sendo responsáveis pela movimentação cultural existente, além de formadora das relações que ali se construíram. Isso é evidenciado pelas entrevistas concedidas neste trabalho e pela própria resistência dos moradores locais e dos ativistas negros diante dessa urbanização neoliberal. Em contrapartida, movimentos sociais ligados à cultura negra na Pequena África, historicamente atuantes na região e responsáveis pela movimentação cultural outrora existente e formadora das relações que ali se construíram, buscam resistir. A relação da área com o samba, os blocos de carnaval, as referências negras, religiosas, dos ativismos de bairros e de todas as outras identidades estabelecidas naquela região entram nessas novas disputas no território para se manterem e sobreviverem na região com suas práticas e memórias do lugar. Possuem nomes, possuem grafias e estão localizados, e veem a cultura em toda sua dimensão potencializadora e como instrumento de luta, cidadania e resistência para continuar a exercer seus direitos na região.

O papel do Estado, ao fomentar as ações culturais na região, nesse modelo de gestão neoliberal de empresariamento urbano, promove a visão da cultura em sua maior parte como lazer e entretenimento, como um produto ou serviço cultural à disposição para ser consumido por seus cidadãos. Frente a essas ações, é interessante se pensar outras formas de relação entre cultura e cidade, estas fundamentais para evidenciar a importância do papel da cultura para a transformação social e seu impacto no território. Na seção seguinte, será

apresentado o histórico de como o acesso às políticas públicas na área da cultura ainda são um desafio para diversos agentes culturais periféricos e acaba por beneficiar grandes empresas do mercado.

2.2 O projeto Porto Maravilha e investimentos culturais na cidade neoliberal

Os conflitos vêm se acirrando na Zona Portuária do Rio de Janeiro com a implementação do projeto Porto Maravilha. Em 2009, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)³, por meio da Lei Complementar nº 101 de 2009⁴. A Operação Urbana Consorciada (OUC) autorizada por esta lei, abrangendo 5 milhões de metros quadrados, acaba por confirmar aquilo que Guimarães (2014) define como empresariamento urbano. Como destaca a autora, a negociação levada a cabo pelos entes municipal, estadual e federal permitiu a operacionalização do Projeto Porto Maravilha pela concessionária Porto Novo, constituída por três grandes empresas (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia), resultando numa parceria público-privada (PPP).

Dentro do Projeto Porto Maravilha, vultosos investimentos são destinados à gestão de equipamentos culturais na região, como mostra a Figura 1. O objetivo é incluir essas áreas urbanas no circuito de consumo cultural, amparados por um discurso de modernização e inovação, trazendo novos conteúdos e significados para a zona portuária.

³ A CDURP é responsável em repassar os recursos da prefeitura para a Concessionária Porto Novo, que irá administrar, por regime de concessão de 15 anos, os serviços e obras de “revitalização”, operação e manutenção da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região do Porto do Rio de Janeiro.

⁴ Link para acesso à lei: <https://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/RelacaoDocumentos.asp?selTipoAto=6&selEsfera=&txtNumAto=101&txtDataAto=&TipoConsulta=ATO>

Figura 1 - Distribuição de recursos para a cultura no Projeto Porto Maravilha em 2016.



Fonte: Câmara Municipal (2016).

O Programa Porto Maravilha Cultural destinou 3%⁵ dos recursos para o Patrimônio Histórico, no ano de 2016, computado na Figura 1. Dentre esses recursos, a maior parte destinou-se para grandes instituições privadas realizarem a gestão dos principais equipamentos e símbolos arquitetônicos da zona portuária. O Museu do Amanhã, por exemplo, tem sua gestão sob o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG)⁶ e o Museu de Arte do Rio (MAR)⁷ pelo Instituto Odeon⁸ e Fundação Roberto Marinho. Na mesma imagem, é possível observar o recurso destinado ao Instituto dos Pretos Novos (IPN)⁹ e ao Cais do Valongo¹⁰.

Os dados apresentados revelam que grandes empresas são responsáveis pela gestão desses museus e, dessa forma, são priorizadas, enquanto institutos menores e ligados à preservação da memória negra são preteridos no repasse de verbas. Segundo reportagem e manifestações dos membros do IPN, é possível

⁵ O Programa Porto Maravilha Cultural destinou 3% dos recursos para o Patrimônio Histórico, percentual este que corresponde ao valor arrecadado pela venda dos CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção). Os CEPACs são títulos mobiliários utilizados para arrecadar recursos em operações urbanas consorciadas. No caso do Porto Maravilha, os CEPACs foram adquiridos integralmente pela Caixa Econômica Federal utilizando recursos do FGTS, e parte desse montante foi destinada a ações de preservação do Patrimônio Histórico.

⁶ <https://www.idg.org.br/>

⁷ <https://museudeartedorio.org.br/>

⁸ <https://www.institutoodeon.org.br/>

⁹ <https://pretosnovos.com.br/>

¹⁰ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>

observar que, a partir de 2017, não houve repasse da prefeitura, levando o IPN a ameaçar encerrar suas atividades por falta de condições financeiras de manutenção, como apontam em declarações em matérias jornalísticas¹¹. Alguns anos depois o IPN realizaria parceria com a empresa de cosméticos L'Oréal Paris, que se instalou na região do Porto, tendo recebido aporte financeiro para a realização de suas oficinas pelo período de 12 meses, como aponta reportagem¹² no *site* da empresa.

Em 2017, a UNESCO reconheceu o Sítio Arqueológico Cais do Valongo como Patrimônio Mundial, uma grande conquista do movimento negro atuante nas disputas territoriais traçadas na região. Ao longo desse período, para a consolidação da proposta, desencadearam-se diversos conflitos que, segundo avaliação de organizações da sociedade civil e de especialistas, trazem o risco de perda do título¹³. Na proposta pactuada com a UNESCO no dossiê da candidatura, há a construção do Museu da História e Cultura Afro Brasileira, o qual deveria ser erguido no prédio Docas Dom Pedro II. Na época, o espaço era ocupado pela ONG Ação da Cidadania¹⁴ e também alugado para diversas festas e eventos privados. A ONG reivindicava sua permanência no prédio, o que impedia a construção do museu, requisito para a candidatura ao título. Esse conflito revela uma “disputa de lugar” entre atores e a ausência de políticas públicas culturais que garantam a construção do museu naquele espaço e consequentemente as atividades inerentes ao Circuito de Celebração da Herança Africana¹⁵.

O Projeto Porto Maravilha ilustra, na prática, como as PPPs são usadas como instrumento de planejamento urbano no modelo de empresariamento da gestão urbana. Em 2009 foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do

¹¹ Matérias sobre a falta de recursos do IPN: Brasil de Fato <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/23/museu-memorial-pretos-novos-a-historia-esquecida-do-rio-de-janeiro> e Agência Brasil <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/circuito-pequena-africa-no-rio-sofre-com-poucos-recursos-e-atencao>

¹² Reportagem: <https://www.loreal.com/pt-br/brazil/news/grupo/loreal-brasil-anuncia-parceira-com-o-instituto-de-pesquisa-e-memoria-pretos-novos/>

¹³ Reportagem: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/22/por-inacao-do-governo-cais-do-valongo-pode-perder-titulo-de-patrimonio-mundial-alerta-debate#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20mundial%20cultural%20desde%202017,sexta%2Dfeira%20\(22\).](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/22/por-inacao-do-governo-cais-do-valongo-pode-perder-titulo-de-patrimonio-mundial-alerta-debate#:~:text=Patrim%C3%B4nio%20mundial%20cultural%20desde%202017,sexta%2Dfeira%20(22).) (acessado em setembro de 2023).

¹⁴ Reportagem: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/audiencia-publica-sobre-o-cais-do-valongo-no-rio-nao-encerra-impasse> (acessado em setembro de 2023).

¹⁵ <https://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4097-circuito-da-celebracao-da-heranca-africana> (acessado em setembro de 2023).

Porto do Rio de Janeiro (CDURP)¹⁶. Esta, uma empresa de economia mista, instituída pela Lei Complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009, e regulamentada pelo Decreto nº 31.620, de 21 de dezembro do mesmo ano, modificando o plano diretor da cidade. Seu objetivo é fazer a gestão da concessão das obras e dos serviços públicos na Região Portuária, administrar os recursos patrimoniais e financeiros e gerir recursos arrecadados a partir dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). A operação articulou diversas frações do capital para a instauração de um processo de empresariamento urbano, operacionalizado pela Concessionária Porto Novo, constituída pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, caracterizando assim a formação de uma parceria público-privada (PPP).

A CDURP possui um Conselho Consultivo que, como aponta Bienerstein *et al.* (2019), cumpre uma certa formalidade para vender a ideia de que envolve todas as partes interessadas (governo local, moradores, proprietários e investidores privados). No entanto, não contempla a participação efetiva da população atingida pelas reformas no porto. Como aponta o autor:

Seu Conselho Consultivo, composto por um representante da própria CDURP, três representantes da Prefeitura e três da sociedade civil (Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário - ADEMI e Conselho de Segurança da Gamboa), é o único canal de exercício de participação social. Trata-se, portanto, de um artifício que cumpre exigências e formalidades de controle social que, na prática, não são exercidas. (BIENISTEIN *et al.*, 2019, p. 6)

Bienistein *et al.* (2019) apontam como principal instrumento para a captação de recursos a venda de CEPACS. Os CEPACS são vendidos no mercado de ações para financiar a operação urbana, no entanto, no porto do Rio de Janeiro, todos os CEPACS foram comprados pela Caixa Econômica Federal. Este contexto revela a contradição nos discursos de que não há recursos para se investir em moradia para a população de baixa renda. No entanto, há recursos para que o Estado intervenha para solucionar o fracasso de empreendimentos da iniciativa privada, mesmo diante das crises financeiras que atingiram a cidade e o país em anos anteriores.

O que se observa é a redução dos desafios estruturais a problemas de natureza gerencial, metodológicos e operacionais, o que demonstra a subordinação do poder público aos interesses do capital internacional na esfera local. A tendência

¹⁶ <https://www.ccpa.rj/projeto/porto-maravilha/operacao-urbana/>

de renovação dos governos locais a partir do empreendedorismo urbano da cidade visa a importação de modelos empresariais de países centrais para a gestão pública da cidade do Rio de Janeiro (VAINER, 2013).

Neste sentido, fica evidente a assimetria de poder entre os agentes nas decisões dos rumos da intervenção urbana. Dentro da lógica de empresariamento, socializam-se os ônus e privatizam-se os lucros sob um discurso de desenvolvimento da cidade que busca invisibilizar as mazelas sociais, travestindo-as de problemas provenientes da gestão pública.

Nesta seção, iremos apresentar de forma breve como funcionam algumas políticas de fomento e patrocínio de projetos culturais no Brasil, destacando as leis de incentivo e as parcerias público-privadas. Em seguida, será apresentado o contexto em que a cultura se insere na zona portuária do Rio de Janeiro sob o avanço do neoliberalismo com as parcerias público privadas.

Guerreiro (2011) faz um resgate histórico das políticas culturais no Brasil, destacando como o conceito de cultura é volátil, mudando suas características conforme o governo, influenciando, desse modo, nas diferentes definições de uma política de Estado e, conseqüentemente, na execução da política cultural. No governo Getúlio Vargas (1930-1945), o incentivo à cultura objetivou fortalecer o simbolismo nacional, criando uma marca, uma identidade. No governo Sarney, criou-se a Lei nº 7.505/1986, que instaura os incentivos fiscais como uma alternativa ao financiamento da cultura, mas objetivando atender ao mercado. Esses marcos revelam as bases do fomento à cultura que busca fortalecer e aproximar o mercado do seu público. Essas, mesmo em outros moldes, permanecem até os dias atuais.

Sarkovas (2005) destaca os principais agentes promotores do fomento à cultura no Brasil:

o Estado, que tem a responsabilidade de fomentar a criação artística e intelectual, e a distribuição do conhecimento, bases do progresso humano; – o investimento social privado, evolução histórica do mecenato, meio pelo qual cidadãos e instituições privadas tornam-se agentes do desenvolvimento da sociedade; – o patrocínio empresarial, estratégia de construção de marcas e de relacionamento com seus públicos, feita por associação com ações de interesse público. (SARKOVAS, 2005, p. 22)

No entanto, o que parece ser uma alternativa de ampliar o financiamento da cultura é, na verdade, segundo Guerreiro (2011), uma forma de evitar a tributação. No contexto brasileiro, passou-se a utilizar essa estratégia como uma forma de

privatizar recursos públicos. Era inaugurado o marketing cultural, no qual o fomento à cultura se dava de acordo com o interesse das empresas. Neste formato, as empresas fortalecem suas marcas a partir de recursos públicos subsidiados pelo Estado, atendendo às demandas do mercado e aumentando seus lucros.

Nos anos seguintes, com a instauração da Lei Rouanet em 1991, que restabelece os princípios da Lei no 7.505/1986, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)¹⁷. A Lei distinguiu recursos de incentivos a projetos culturais (mecenato) dos recursos de doação. No Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o valor anual de renúncia fiscal foi limitado para as empresas. Além disso, uma série de requisitos para a aprovação de projetos culturais pelo MinC foram criados, como apresentação de certificados e tempo determinado para captação de recursos para execução dos projetos, com a figura do captador de recursos¹⁸ (GUERREIRO, 2011).

Em 2003, com o Ministro Gilberto Gil, o Ministério da Cultura (Minc) foi reestruturado, apontando críticas à política de renúncia fiscal adotada nos governos anteriores que colocava nas mãos dos empresários a escolha de qual projeto cultural seria patrocinado. Dentro das esferas públicas, o então ministro direcionou os recursos de empresas estatais para o Programa Cultura Viva¹⁹. O programa buscava aproximar a sociedade civil e fortalecer culturas populares, garantindo meios para sua existência. Mesmo com algum avanço com a criação do programa, ainda era necessário que grupos culturais se adequassem ao sistema. No entanto, na prática, conseguir os recursos ainda era um grande desafio para grupos culturais que não possuísem estrutura administrativa para submeter os projetos, como aponta Guerreiro (2011):

Na prática, diversos grupos culturais continuam impedidos de se beneficiar destes recursos, quer seja por não apresentarem condições jurídicas para submeter projetos ao MinC, quer por falta de estrutura administrativa para elaboração das propostas, acompanhamento de sua execução – se fossem beneficiados – e, muito menos, capacidade técnica para fazer as prestações de contas. São grupos que fazem cultura, e não instituições não governamentais com corpo técnico-administrativo em suas atividades-meio. (GUERREIRO, 2011, p. 186)

¹⁷ Foi regulamentada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob a administração do ministro Francisco Welfort (1995).

¹⁸ Um intermediário remunerado para realizar a obtenção de recursos financeiros entre a empresa e os produtores culturais.

¹⁹ Para saber mais sobre o Programa Cultura Viva: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br>.

Na esfera municipal carioca, temos a Lei Nº 5.553, de 14 de janeiro de 2013, popularmente conhecida como Lei do ISS²⁰, através da renúncia fiscal do município, são destinados recursos para projetos culturais diversos, caracterizando um fomento indireto. No caso do ISS-Rio, Marcela Bronstein (2017) destaca que é necessário investimento para compreender o mecanismo da lei, tanto para realizar o processo de inscrição, como para captar recursos, executar e gerir os projetos.

A utilização da nova Lei do ISS requer investimentos por parte do proponente. É fundamental a leitura e o entendimento de todas as etapas do mecanismo, assim como a capacidade de institucionalização que permita gerar redes de relacionamento entre múltiplos agentes. Nesse campo, é necessário compreender também as motivações das empresas ao incentivarem projetos e procurar estabelecer conexões com os projetos. Esta expertise faz parte da lógica do mecanismo.

Além disso, a utilização da lei do ISS requer também muito planejamento, pois o tempo transcorrido entre a inscrição do projeto e o início do repasse dos recursos, é de, no mínimo, um ano. Considerando que os repasses são feitos em lotes, também há que se considerar a possibilidade deste prazo chegar a dois anos. Há muitos produtores que se inscrevem nos editais com a ilusão de receberem recursos de forma instantânea. (BRONSTEIN, 2017, p. 127-128).

Guerreiro (2011) e Bronstein (2017) destacam de forma enfática que a estruturação administrativa e institucional que permita propor e gerenciar o projeto do início ao fim são um desafio para grupos culturais que não possuem essa estrutura. E, mais uma vez, neste formato de isenção fiscal, as empresas escolhem para onde se destina o próprio recurso público. Assim, muitas iniciativas que não possuem ações rentáveis, ou que não se adequem à construção de marca que as empresas necessitam construir, acabam por não conseguir financiamento.

O governo municipal, em parceria com empresas privadas e instituições culturais, direcionou recursos para promover a zona portuária do Rio de Janeiro como novo polo turístico e cultural. Um dos marcos mais emblemáticos desses investimentos que mudou a paisagem da zona portuária é o Museu do Amanhã²¹. Trata-se de um centro de ciência e cultura que se tornou um ícone arquitetônico e cultural, focado em questões relacionadas ao futuro da humanidade. Ele oferece exposições interativas sobre ciência, tecnologia e sustentabilidade. Outro marco a se destacar no ambiente é o Museu de Arte do Rio (MAR), localizado na Praça Mauá.

²⁰Sobre a Lei do ISS: <https://portaldoiss.prefeitura.rio/a-lei-do-iss/>

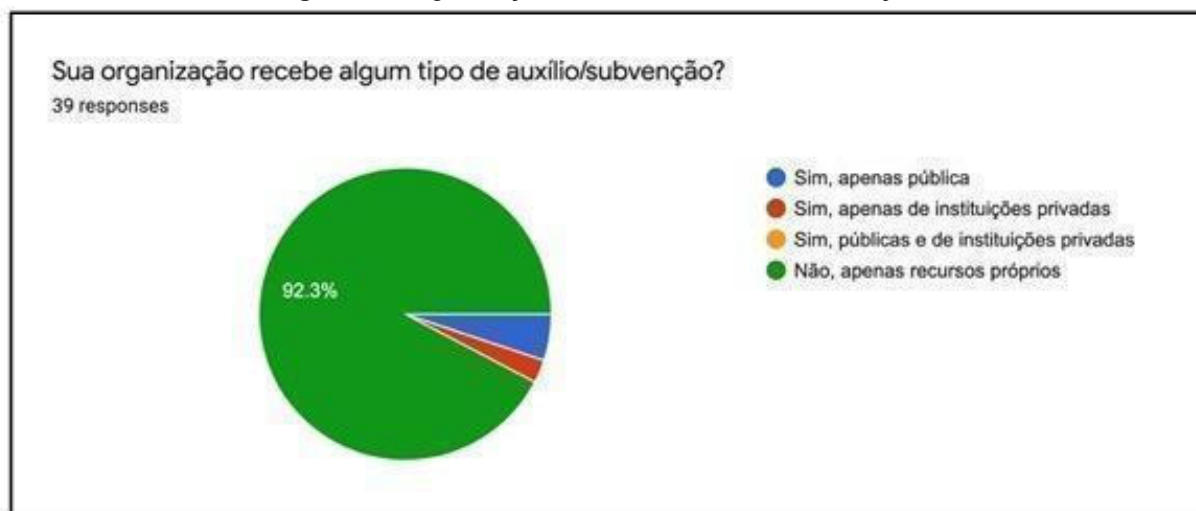
²¹ Museu do Amanhã: <https://www.ccpar.rio/museu-do-amanha/#:~:text=%C3%8Dcane%20da%20Regi%C3%A3o%20Portu%C3%A1ria%2C%20o,19%20de%20dezembro%20de%202015.>

O MAR abriga uma coleção de arte brasileira, bem como exposições temporárias de arte contemporânea.

Esses dois museus possuem uma capacidade institucional de captar recursos em diferentes fontes, inclusive de subvenções estatais. Diante desse cenário, o que tem se percebido é que as iniciativas culturais de produtores negros na Pequena África não possuem facilidade em acessar esse formato de fomento indireto. E quando há outro formato de fomento direto via SMC, como é o caso do Projeto Zonas de Cultura Porto e Pequena África²², que será tratado mais adiante, os problemas de estrutura persistem, ainda mais com valores insuficientes para manter a iniciativa.

Nas respostas apresentadas no Relatório Final da Pesquisa, cujo título é Mapeamento das Organizações Culturais da Pequena África²³, realizado pelo Ministério Público Federal para o BNDES, quase a totalidade das organizações entrevistadas declarou que sobrevive apenas com recursos próprios. Isso implica em atuar sem o auxílio ou subvenções estatais, como aponta a Figura 2.

Figura 2 - Organizações e acesso a auxílio/subvenção.



Fonte: Ministério Público Federal (2022).

O dado acima ajuda a compreender como, nos últimos anos, os recursos não foram distribuídos a todas as organizações culturais da mesma forma, apesar do discurso sobre impactos significativos na região com ações voltadas para o turismo

²² <https://www.fetaerj.com/portoepequenaafrika>

²³ Para consultar o relatório completo: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/b0c66d5c-693d-44ed-90e8-872afb698ea0/MapeamentodasOrganizacoesdaPequenaAfrica_RelatorioFinaldaPesquisa.pdf?MOD=AJPERES&CVID=oCoL-t3

e cultura, como será apresentado neste trabalho mais adiante. O que se observa é que a maior parte desses investimentos não é realizada de forma equitativa. Acaba por beneficiar as grandes empresas e equipamentos culturais, não levando em consideração as necessidades das comunidades locais e não preservando o caráter histórico da zona portuária. Diante de diversos atrativos empreendidos na região, as iniciativas de preservação da cultura negra ficam em segundo plano, não sendo construídas políticas públicas de apoio que garantam de forma suficiente a preservação de Organizações Culturais da Pequena África.

É possível observar que a renovação urbana instaurada pelo projeto Porto Maravilha retoma políticas de branqueamento do território²⁴, inscritas no histórico de intervenções urbanas na área central. Ela ocorre, por exemplo, a partir das remoções de famílias majoritariamente negras residentes da região, ou ainda, através de um discurso de revitalização, em detrimento da memória e da atuação de grupos que preservam a cultura afro-brasileira constituída na Pequena África carioca.

O que se tem observado como uma das principais consequências do projeto, e que vem sendo paulatinamente construído na região ao longo desses anos, é a mudança no conteúdo social e dos símbolos daquela região. A área “revitalizada” da zona portuária vem sendo cada vez mais ocupada por novas empresas e classes sociais mais altas e, conseqüentemente, público-alvo das políticas orientadas na cidade capitalista.

A mudança cultural e de símbolos é bem exemplificada pela matéria "Ocupação do Largo da Prainha provoca disputa entre donos de bares e grupo de mulheres sambistas", publicada em jornal de grande circulação²⁴. Ela evidencia um conflito que ilustra uma série de desafios sociais, culturais e econômicos enfrentados em muitas áreas urbanas, incluindo a zona portuária do Rio de Janeiro. Primeiramente, o artigo destaca a ocupação do espaço público por parte de um grupo de mulheres sambistas, que buscam preservar e promover uma parte significativa da cultura afro-brasileira e da identidade da cidade. Isso é notável, considerando que a zona portuária tem uma rica história de contribuições da população negra para a cultura carioca e principalmente no território compreendido

24

<https://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-do-largo-da-prainha-provoca-disputa-entre-donos-de-bares-grupo-de-mulheres-sambistas-entenda-25442588>

como Pequena África. No entanto, a ocupação também gerou uma disputa com os donos de bares da região, que alegam ter investido financeiramente no local. Esse conflito aponta para um dilema comum em muitas cidades: a busca por equilibrar a preservação cultural com a revitalização econômica.

Em uma análise crítica, é importante questionar a falta de políticas públicas que poderiam ter antecipado e evitado esse tipo de conflito. Além disso, é vital considerar a justiça social e racial nesse contexto. Historicamente, as populações negras e suas contribuições culturais foram frequentemente marginalizadas em nome do desenvolvimento urbano. Assim, a priorização de interesses comerciais em detrimento da cultura e das comunidades tradicionais vem acirrando as disputas territoriais e consequentemente o branqueamento do território, ao passo que a iniciativa cultural de mulheres negras desocupa aquele território para dar lugar para dar uma atividade comercial.

A matéria também destaca o papel da gentrificação, onde bairros tradicionais perdem gradualmente sua identidade e população devido à especulação imobiliária e ao aumento dos preços. Esse fenômeno pode forçar a saída de grupos de baixa renda, em especial a população negra que historicamente ocupa a região. Ela serve para elucidar a necessidade de promover políticas públicas que valorizem e protejam as contribuições históricas das comunidades afro-brasileiras e busquem um desenvolvimento urbano menos desigual. O caso relatado anteriormente é um exemplo de uma ação de agentes culturais negros no território da Pequena África que, mesmo com o discurso da prefeitura de valorização das suas manifestações culturais, como as rodas de Samba, são preteridos por alguma iniciativa privada, em geral geridas por pessoas brancas.

A cultura se insere nesse processo sob o discurso do novo modelo de “cidades criativas” do governo municipal e estadual que investem em setores culturais voltados para gastronomia, moda, design, audiovisual e, majoritariamente, em ações que favoreçam o turismo. As ações que envolvem cultura resumem-se, principalmente, à revitalização do espaço com intervenções urbanísticas grandiosas. Elas priorizam a região desses investimentos como uma área estratégica de atração de público e investimentos de inovação e cultural de caráter rentável, como apontam Domingues e Albinati (2016):

A ideia de “cidade criativa” é concebida a partir de uma visão utilitária da cultura, priorizando o seu papel enquanto recurso para a produção econômica. Desta forma, a diversidade social e cultural estaria a serviço da economia, na medida em que sua presença é considerada fundamental para a atração da mão de obra envolvida na produção criativa – os vários profissionais ligados ao ramo do conhecimento (artes, ciências, gerenciamento, comunicação, tecnologia, etc.), que apreciam um modo de vida cosmopolita e “alternativo”. (DOMINGUES; ALBINATI, 2016, p. 446)

Como apresentado, o branqueamento da cultura/território é aqui mobilizado para observar seus impactos nas políticas de renovação urbana. Dessa forma, mais uma vez, na história da formação da cidade, uma série de direitos da população negra e dos movimentos sociais foram secundarizados em detrimento de iniciativas rentáveis. São eles que atuam pela preservação da cultura afro-brasileira e que, há gerações, ocupam e lutam pela manutenção da memória da Pequena África.

Um exemplo que ilustra tal situação é o projeto Porto Maravilha, com sua lógica de revitalização da zona portuária. Dentre suas principais frentes de atuação, está a dinamização da cultura local. O caráter modernizador, sob um discurso de inovação, propõe, para a região, novos significados e imagens sobre o território compreendido como Pequena África.

Nessas PPPs, novas são as relações entre empresas e Estado na relação com a cultura na região. A cultura passa a ter um valor, ser mercantilizada e tratada como um fator de atração. Junto às ações do projeto Porto Maravilha, emergiu um discurso do abandono e da degradação de uma área que precisava ser “revitalizada” e se tornar o novo polo cultural da cidade. Considerando que a zona portuária é berço da Pequena África e memória da cultura afrobrasileira, as demandas do movimento negro têm disputado espaço entre a memória afrobrasileira e os impactos gerados pelas mudanças da intervenção urbanística e novo modo de vida proposto, como apontam Domingues e Albinati (2016).

Antes, olhava-se para a zona portuária enquanto “espaço degradado”. Hoje, o que se vê é a consolidação da intencionalidade de “dinamizar” espaços seletivos da zona portuária para a nova imagem de cidade modernizada e que pode ofertar serviços culturais para o consumo e turismo. A zona portuária do Rio de Janeiro se tornou um novo polo turístico e cultural da cidade com suas enormes construções de equipamentos culturais e, também, de busca pela cidadania e, por consequência, de luta.

Nesse sentido, Chauí (1995) apresenta outras formas de concepção de cultura que nos ajudam a refletir sobre seu papel na cidade, a partir de sua atuação como gestora pública na secretaria de cultura de São Paulo, a qual permitiu avançar nos debates e na implementação do que a autora chama de uma nova cultura política na gestão pública. Para isso, a autora apresenta três conceitos, o de cultura política, política cultural e cidadania cultural.

Diante de um contexto da população brasileira marcada pelo colonialismo, hierarquizada e que naturaliza as desigualdades sociais geradas pelo capitalismo e pelo Estado autoritário, a autora defende que “uma política cultural se torna inseparável da invenção de uma cultura política nova” (CHAUÍ, 1995, p. 80) e, dessa maneira, propõe pensar os indivíduos, grupos e classes sob a percepção de que são sujeitos sociais e políticos, tornando evidente que carências, privilégios, exclusões e opressão não são processos naturais da sociedade e que também operam na cultura a partir do Estado.

Segundo a autora, do ponto de vista da cultura política, “tratava-se de estimular formas de auto-organização da sociedade e sobretudo das camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania participativa” (CHAUÍ, 1995, p. 71). Ou seja, pretende-se, nesse sentido, a ampliação da participação de grupos culturais e movimentos sociais na construção de propostas sobre as políticas públicas culturais na cidade, rompendo com as práticas características do Estado capitalista vigente. Dentre as modalidades que permeiam a relação entre Estado e cultura no Brasil, de acordo com Chauí (1995), o modelo neoliberal busca privatizar as instituições públicas de cultura. Nesse mote, ela ainda aponta a relação de clientelismo entre o Estado e os agentes culturais, em que o Estado é visto como um balcão de subsídios e patrocínios financeiros. Um exemplo dessa relação é apresentado por Albinati (2018):

A política de balcão estabelecida pela CDURP na Zona Portuária, que coloca os pedidos e concessões de recursos no âmbito do contato direto, pessoal, sujeita os agentes culturais a manterem boas relações com os agentes do Porto Maravilha, restringindo sua atuação reivindicativa e os questionamentos sobre a política cultural. Ao mesmo tempo, a falta de informações sobre a destinação dos recursos públicos e sobre os critérios adotados produz entre os agentes uma série de boatos sobre favorecimento de grupos, minando as relações de parceria e colocando-os muitas vezes em posição de competição. (ALBINATI, 2018)

Observam-se iniciativas com potencial de retorno econômico e geração de novos negócios pautados no discurso de “sustentabilidade”, “colaboração” e “inovação”. Outros exemplos dessas iniciativas marcam os novos usos e significados atribuídos à região. Estes confirmam os discursos de sustentabilidade e inclusão a partir de iniciativas da prefeitura, como os programas Porto Maravilha Cultural e Porto Maravilha Cidadão²⁵. Na proposta desses programas criam-se apenas alguns instrumentos para a auto sustentabilidade condicionada, como por exemplo à enquadramentos específicos e ao período de fomento dessas ações. O programa é mais um exemplo que revela a ausência da política pública cultural de incentivo mais efetiva para grupos sociais marginalizados, em especial para aqueles engajados com a preservação da cultura afro-brasileira na zona portuária de forma permanente. Dessa forma, com a visão de uma cultura neoliberal, implementam políticas públicas culturais não enquanto direito, e sim como investimento de retorno para a rede de novos negócios e arrecadação de receita.

Lira (1999) aponta que alguns acontecimentos serviram de apoio à crítica da uniformização urbanística e descaracterização das cidades brasileiras em favor de suas particularidades históricas, estéticas e antropológicas. Dentre eles, podem ser mencionadas a reabilitação da contribuição africana à chamada cultura brasileira, a interpretação reconciliadora dos processos de mestiçagem, a aculturação, a aclimação e a hibridização, além da interpretação em bases culturalistas ou ecológicas dos processos de povoamento e contatos raciais no país (LIRA, 1999).

Lira (1999) indica como algumas estratégias implementadas nas cidades corroboram sua crítica. Por exemplo, a criação de uma identidade nacional no Brasil, a partir da nacionalidade e da valorização das três raças como saída para a considerada inferioridade brasileira, assim como o dito “latino-americano”. Ou o uso da eugenia para transformar a população em um corpo homogêneo e consequentemente uniformizar e descaracterizar cidades brasileiras, tal como o discurso que relaciona as favelas e os cortiços como focos de doenças. Em última instância, essa visão urbanística de uma cidade higienizada contribuiu para a remoção da população negra das áreas centrais.

De maneira contraditória, a mesma elite que exclui a população negra do acesso à cidade, trabalho e moradia, também promove, em parte, a cultura popular

²⁵ Programas Porto Maravilha Cultural Porto Maravilha Cidadão: <https://www.ccpa.rio/en/criacao-dos-programas-porto-maravilha-cultural-e-porto-maravilha-cidadao/>

negra como patrimônio cultural, exaltando a diversidade. E, como apontado anteriormente neste trabalho, a prefeitura não promove ações para a sustentabilidade das organizações culturais afro-brasileiras. As intervenções realizadas na Zona Portuária do Rio de Janeiro a partir do projeto Porto Maravilha seguem esta lógica mercantilizada. Lira (1999) aponta como grandes projetos de intervenção urbana e a ampliação de espaços culturais de tradições históricas são colocados como vitrine,

o que vemos nos grandes projetos de renovação urbana e ampliação dos espaços da cultura é a transformação de muitas das cidades e trechos de cidades brasileiras em palcos e vitrines de tradições, histórias e manifestações culturais que, rearranjadas ao sabor das expectativas de seu público, seja ele feito de uma classe média aborrecida, turistas mal-informados ou ávidos consumidores de novidades, parecem nos colocar novamente diante da questão de sermos ou não um povo interessante. (LIRA, 1999, p. 52)

Lira (1999) relaciona essa prática à posição do país dentro de um mercado global de cidades. Nesse mercado, as cidades são entendidas como mercadoria a ser vendida, assim, o conjunto arquitetônico e o espetáculo histórico são organizados para atender empresas e promotores imobiliários. Essa perspectiva, ainda que moderna, carrega, segundo o autor, traços dos períodos anteriores. As obras de infraestruturas remetem a antigas questões de limpeza social, étnica e de identificação cultural de comunidades ou sítios específicos. A criação de equipamentos culturais, a inserção de tecnologia, a revitalização de centros históricos para o turismo e o consumo também contribuem para o acirramento das desigualdades na distribuição dos ganhos da região (LIRA, 1999).

O que se tem observado como uma das principais consequências do projeto, e que vem sendo paulatinamente construído na região ao longo desses anos, é a mudança no conteúdo social e dos símbolos daquela região. A área “revitalizada” da zona portuária vem sendo cada vez mais ocupada por novas empresas e classes sociais mais altas e, conseqüentemente, público-alvo das políticas orientadas na cidade capitalista.

Atualmente, as políticas públicas empreendidas na região, que veem a cultura enquanto prestação de serviços a serem monetizados, buscam atender a demanda dessa nova classe média branca, que até alguns anos atrás era afastada da região.

Dentre os motivos para o afastamento, podemos citar o “abandono” ou a “degradação” da zona portuária pelo poder público ao longo dos anos.

Hoje, o novo público passa a aproximar-se dos novos símbolos culturais do Projeto Porto Maravilha, que podem ser consumidos. Grandes empreendimentos, como o Boulevard Olímpico, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, Roda Gigante, feiras e eventos de empreendedorismo, startups, etc., compõem os novos símbolos da região e a nova dinâmica de produção cultural do porto para consumo, descontextualizadas da história do território da Pequena África.

Ao que parece, a construção do novo plano urbanístico vende a ideia de que as intervenções urbanas e a identidade local possam existir concomitantemente para servir ao desenvolvimento econômico das cidades. Isso parece evidente quando se percebe a existência de diversos incentivos para o redirecionamento dos investimentos públicos e privados para o turismo, lazer e cultura na área, criando o que Lira (1999) destacou como ilusões de inclusão cultural. Simultaneamente, fixam elementos relacionados às minorias étnicas nos seus lugares de origem e redutos urbanos, folclorizando-os e tornando-os acessíveis ao mercado.

Hoje é comum encontrarmos estas duas atitudes reunidas. Investimentos de resgate cultural e tendências à exclusão social são as faces de dezenas de estratégias de renovação urbana. Práticas de revitalização, limpeza e controle de certos territórios urbanos e intervenções urbanísticas de exaltação e mistificação do elemento típico das cidades parecem compor as duas faces da mesma moeda: dão o complemento técnico e estético respeitável para a racionalização do outro e fruição narcísica da diferença, garantia de segurança e liberdade – alega-se – para todos os habitantes e visitantes das cidades. (LIRA, 1999, p. 57)

As diferentes estratégias de renovação urbana apontam para uma exclusão social e racial, mesmo com algum grau de realização de investimentos no resgate cultural, mas não atingem de maneira eficaz as demandas de produtores culturais, circuitos turísticos, patrimônios culturais, coletivos ligados às territorialidades negras. A lógica do empresariamento urbano insere estes atores no circuito econômico local como mercadoria. Dessa forma, a própria identidade do território se torna um produto a ser vendido na cidade empresa, sob um novo modelo de gestão baseada nas parcerias público privadas.

Para Telles (2015, p. 25), a implementação de programas urbanos promove “a expansão ou criação de novas fronteiras urbanas para os circuitos do mercado” (TELLES, 2015, p. 25). Neste novo mercado, as empresas e governos investem um

valor mínimo (por muitas vezes insuficiente) para a realização das ações dessas organizações culturais negras. Com as políticas de fomento à cultura, as leis de incentivo fiscal e o financiamento social privado, governos e empresas garantem um retorno financeiro mais expressivo a partir da divulgação e fortalecimento de suas marcas engajadas nas causas sociais, raciais e do próprio território da Pequena África. Com exemplos de Lira (1999), a inclusão cultural a partir das identidades, ao folclorizá-las, as tornam acessíveis ao mercado nos processos de intervenção urbana. Antes considerada uma região degradada e desinteressante ao mercado, passa a se constituir em fonte de oportunidades de rendimento para grandes investidores.

Dessa forma, Telles (2015) revela como a lógica de produção de espaços e jogos de escala, agenciamentos, práticas sociais e conflitos servem como fonte de análise dessas relações complexas, presentes nas intervenções urbanas de renovação na cidade. Assim, outro fenômeno mais recente, “nos ditos territórios da pobreza”, vem se dando na promoção do chamado “empresariamento popular”, como aponta Telles (2015). Em projetos de “empresariamento popular”, é vendida a ideia de que pessoas comuns, em situação de pobreza, tornam-se empreendedores por oportunidade, ao constituir negócios que aproveitam as possibilidades locais de geração de renda. Esses projetos incentivam a utilização de circunstâncias locais como alternativas rentáveis ou de sobrevivência, frente ao contexto desses novos projetos que se inserem gradativamente e de forma lenta, ainda que diante dos avanços da intervenção urbana.

Esses projetos sociais/culturais empreendidos por grandes instituições e/ou governo promovem ações com o suposto compromisso com a comunidade, com a realização de cursos de empreendedorismo voltados para jovens e empreendedorismo de base comunitária. Essas, segundo Telles (2015), são formas de territorialização dos circuitos do mercado que se entrelaçam numa relação complexa entre os programas sociais, financiadoras, empresas, líderes comunitários, ONGs, poder público, etc.

Na prática, trata-se de um esforço no sentido de colocar todas as dimensões da vida social (e da existência) sob a égide do mercado, convertendo a troca mercantil em código ético e princípio de conduta. Entre os eventuais e poucos “casos de sucesso”, resta saber, pergunta-se Roy, se não estamos presenciando mais um campo de exploração e predação. E também: outros tantos domínios de exercício de relações de poder e

sujeição, na própria medida em que essas “oportunidades de mercado” não se efetivam sem os igualmente renovados dispositivos de disciplina e controle, também de punição, tal como a autora pode verificar em alguns dos lugares nos quais realizou sua pesquisa. (TELLES, 2015)

O Projeto Porto Maravilha, em sua lógica de revitalização da zona portuária, tem como uma das suas principais frentes de atuação a promoção da cultura e do entretenimento da zona portuária do Rio de Janeiro, com a proposta da criação de um distrito criativo. Sob um discurso de inovação e inclusão, propõe para esta área novos significados e imagens sobre o território compreendido como Pequena África, simultaneamente a preservação de alguns espaços e ações que remetem à cultura africana. No entanto, o que se observa é que a maior parte dos investimentos são direcionados a setores do grande capital em detrimento de grupos que lutam pela preservação da cultura afro-brasileira.

Neste sentido, organizações sociais menores, produtores culturais e coletivos negros, são obrigados a se adequarem para acessar as políticas públicas culturais e demais formas de financiamento. Esse enquadramento nas normas de financiamento de projetos culturais, em muitos casos, é requisito para continuarem existindo, dentro da lógica do empreendedorismo. Dessa forma, diversos atores sociais, além dos coletivos negros, realizam as com formalizações burocráticas, como por exemplo, para se tornarem microempreendedores individuais, organizações sem fins lucrativos e institutos. As corroborações dessas análises podem ser encontradas nas entrevistas realizadas com representantes das instituições locais e produtores culturais localizadas no capítulo 4 do presente estudo.

As políticas públicas empreendidas na região hoje, que veem a cultura enquanto prestação de serviços a serem monetizados, buscam atender a demanda da renovação urbana de uma área, em que anos atrás não oferecia tanta rentabilidade devido ao “abandono” histórico. Hoje, esta área encontra novos mercados diante dos novos símbolos culturais do Projeto Porto Maravilha que podem ser consumidos. O Boulevard Olímpico, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, a Roda Gigante, feiras e eventos de empreendedorismo, startups, etc. Esses, compõem os novos símbolos da região e a nova dinâmica e de produção cultural da zona portuária para o consumo, descontextualizada do histórico do território da Pequena África.

Um processo que reconfigura as manifestações culturais diversas e contínuas existentes em um território tão complexo como a Pequena África. “Em outros termos: outras dimensões pelas quais a cidade se transforma em mercado e seus territórios são disputados como fronteiras de expansão do capital” (TELLES, 2015, p. 29). Essa disputa de território apontada pela autora destaca mais uma vez as desigualdades na distribuição dos recursos financeiros na zona portuária, em que os valores mais altos destinados à cultura são direcionados para os novos símbolos culturais da área.

Cria-se um discurso de desvalorização do território da Zona Portuária para a viabilização de projetos de inovação e da economia criativa, como se não houvesse uma significativa atuação cultural antes do projeto. Diversos protagonistas na cena cultural da zona portuária são excluídos ou acatados a partir de atividades culturais que tenham retorno financeiro. Os grupos que atuam historicamente na luta antirracista como o Samba da Pedra do Sal, Escravos da Mauá, Filhos de Gandhi, Prata Preta e demais movimentos sociais negros ligados a cultura são diretamente impactados por políticas culturais seletivas na cidade capitalista e racista. Com efeito, as forças agenciadoras das transformações (ex. a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto, CDURP, ou a prefeitura) até dialogam com alguns atores, mas na comparação com outros, as instituições “negras” são visivelmente desfavorecidas (SANTOS, 2017).

Como forma de romper com essas antigas práticas e propor o que Chauí (1995) chama de uma cultura política nova, seria necessário ampliar o conceito de cultura, para a ideia de cidadania cultural, que passa a ser compreendida como direito dos cidadãos e como trabalho de criação dos sujeitos culturais. No campo das políticas públicas propõe-se a ideia de cidadania cultural, em que há o direito à valorização da sua matriz cultural e do seu patrimônio cultural. Este último, um elemento conferente a sua cidadania, incluindo suas práticas culturais que constituem a sua identidade e o direito a mantê-la como um próprio elemento da cidadania.

Nessa perspectiva, Chauí (1995) aponta que essa cidadania se constrói com a garantia de direitos, como o acesso à cultura, ao reconhecimento da cultura popular por parte do Estado e sobretudo o direito à participação nas decisões públicas referentes à cultura. Essa perspectiva é importante pois vai na contramão

da lógica empresarial de gestão cultural, a qual mercantiliza e busca tirar a produção cultural da dimensão de política pública.

Enfim, procuramos recusar a perspectiva neoliberal, garantindo independência do órgão público de cultura face às exigências do mercado e a privatização do que é público, enfatizando a ideia de Cidadania Cultural, isto é, a cultura como direito dos cidadãos, sem confundir estes últimos com as figuras do consumidor e do contribuinte. (CHAUÍ, 1995, p. 63)

Na região da Pequena África observamos a atuação de diversos grupos culturais, blocos de carnaval, uma atuação cultural moldada em suas raízes afro-brasileiras ao longo da história e na luta antirracista na região. E outros grupos negros que mobilizam a identidade negra da região e seus significados como estratégias de manter viva a memória do lugar, para além dos patrimônios materiais que remontam a história da escravidão, do negro no passado, de forma “cristalizada”.

Tais mobilizações tornam-se relevantes frente às novas disputas pelo imaginário da zona portuária, principalmente diante do avanço do projeto Porto Maravilha. Ainda que o projeto tenha vindo com um conjunto de investimentos para a área cultural, o fato é que não foram distribuídos de maneira que os grupos ligados à cultura negra pudessem fortalecer sua atuação na região. Ao serem concentrados tais investimentos nos defensores dos ideais da cidade produtiva e competitiva, implanta-se uma nova lógica de ordenamento de recursos que na verdade impactam na atuação política dos movimentos sociais de resistência. Dessa forma, fica prejudicada a atuação dos grupos culturais como os Filhos de Gandhi, IPN, dentre outros, em que os grupos culturais se organizam com o objetivo de defender os patrimônios culturais e sua atuação no território. Para estes grupos, a cultura também é percebida como um instrumento de luta e participação política e cidadã, uma vez que está relacionada com as diversas reivindicações na zona portuária em torno das obras do projeto, das remoções, como as lutas por moradia, mobilidade urbana e acesso às políticas públicas.

Nesse modelo de cidade empresa, a gestão de espaços culturais como museus e outras iniciativas promovem novos símbolos culturais em detrimento dos grupos culturais negros atuantes historicamente. As políticas públicas empreendidas na região, hoje, que veem a cultura enquanto prestação de serviços a serem

monetizados, buscam atender a demanda da renovação urbana de uma área que anos atrás não oferecia tanta rentabilidade devido ao “abandono” histórico.

Hoje, esta área encontra novos mercados diante dos novos símbolos culturais do Projeto Porto Maravilha que podem ser consumidos. Nessa nova lógica da cidade-empresa, grupos culturais são vistos enquanto mercadoria, em que é necessária uma nova burocratização para a formalização desses grupos. Os grupos culturais, para se adequarem às novas políticas culturais na região, precisam criar Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Microempreendedor Individual (MEI) para realizar inscrição em editais para receberem fomento, ou até mesmo como pessoas físicas. No entanto, a lógica de promoção de políticas públicas culturais por meio de editais implica por si só um processo seletivo e desigual, em uma concorrência entre atores sociais e, principalmente, entre as grandes empresas que realizam a gestão dos recursos.

Um processo complexo que não engloba todas as manifestações culturais, diversas e contínuas existentes em um território tão complexo como a Pequena África, sujeita a tantas intervenções urbanas, tema da próxima seção.

3 INTERVENÇÕES URBANAS NA ÁREA CENTRAL e na ZONA PORTUÁRIA NA PEQUENA ÁFRICA

3.1 O branqueamento do território na Pequena África

Para compreender as intervenções urbanas implementadas ao longo dos anos na área central e na zona portuária, buscamos destacar a importância da espacialidade nas análises sobre a área de estudo que se dá sobre o território compreendido como Pequena África, o qual revela relações de pertencimento históricas e contínuas. Essas, diferem das intencionalidades e ações dos diversos projetos hegemônicos que impactaram esta área do Rio de Janeiro, os quais passam por ciclos e repletos de crises inerentes à própria condição de existência da cidade capitalista. Para isso, iremos mobilizar o conceito de território para entender como as intervenções urbanas influem sobre os processos que acontecem na Pequena África.

O termo território, enquanto conceito geográfico, significa um espaço que é assim definido em função das relações de poder nele existentes, cuja delimitação é determinada por suas fronteiras (SOUZA, 1995, p. 77). Dessa forma, as fronteiras de um território são resultado de processos políticos, econômicos e sociais, sendo um produto tanto da ação de atores dominantes quanto da resistência de grupos subalternizados. O uso deste termo tornou-se recorrente, sendo utilizado por grupos hegemônicos, pelo Estado, por empresas, por movimentos sociais, entre outros, para delimitar e definir áreas que serão impactadas por um frente às ações empreendidas por esses agentes, inclusive nas disputas que envolvem o território da Pequena África.

Souza (1995) ainda aponta a relação entre território e autonomia. Ele propõe que, em muitos casos, os grupos sociais constituem o território como uma forma de garantir sua autonomia frente às estruturas de poder hegemônicas. A disputa pelo território, nesse contexto, não se limita à dimensão apenas material, mas envolve também a afirmação de identidades e a resistência cultural. Para Milton Santos:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os

quais ele influi pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2001, p. 96).

Santos (2001) descreve o território como espaço habitado destacando a relação de pertencimento e identidade. O território usado é o que dará valor para determinado recorte espacial, dessa forma as condições materiais se impõem sobre as demais relações sociais. Para o autor (2001), o território, em sua organização, torna-se um instrumento de exercício das diferenças de poder. É possível observar que na Zona Portuária, como o território é moldado para atender ao mercado global de cidades para atender ao projeto de globalização que valoriza a competitividade em detrimento das necessidades e das identidades locais. Conforme observa Santos,

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual, tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social. (SANTOS, 2001, p. 85).

Dessa forma, segundo o autor, o território, pela sua organização, torna-se um instrumento do exercício dessas diferenças de poder. A competitividade e fluidez entre as empresas pela maximização dos seus lucros, agrava as diferenças de força e as disparidades aprofundando as desigualdades já existentes. Com o poder que é exercido pelas empresas que se instalaram na zona portuária, os grupos tradicionais e produtores negros, que buscam a preservação da Pequena África, são convidados a adaptar suas práticas para adequar-se ao mercado, inclusive quanto a busca por recursos para manter suas condições de permanência no território.

É neste sentido que Haesbaert (2004) compreende as territorialidades, em que a identidade territorial constituída por grupos sociais pode ser mobilizada estrategicamente de acordo com um grupo social e seu contexto histórico e geográfico e, ainda, em momentos de conflito e de negociação. É o que acontece nos constantes conflitos pelas disputas dos símbolos culturais na zona portuária. Os grupos que reivindicam a memória da Pequena África e que, no decorrer dos

diversos projetos empreendidos na região ao longo do tempo, disputam narrativas e significados, com novos símbolos designados e constituídos para aquela área de intervenção, os quais visam atender às novas demandas da cidade neoliberal.

Visto isso, é possível pensar o território como um palco de relações de dominação e/ou apropriação, sob o qual "desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'" (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). E é nessa dimensão que as relações de poder se manifestam em torno das disputas da concepção de cultura na zona portuária. Por um lado, os agentes hegemônicos realizam investimentos significativos nos novos símbolos culturais da revitalização da zona portuária em detrimento de produtores culturais que buscam preservar a cultura ligada à identidade negra no território constituído e resistentes às diferentes tentativas de apagamento ao longo dos anos e frente às diversas intervenções urbanas na região.

Quando observamos os discursos sobre o Projeto Porto Maravilha, é evidente que, ao falar de um projeto que será implementado no território, entende-se sua dimensão de início, meio e fim, o que não se aplica às diversas territorialidades e temporalidades que se constituíram na Pequena África. A população negra ocupou e estabeleceu relações de pertencimento naquele espaço por séculos.

Santos (2019) propõe analisar esses processos a partir do uso "repertórios espaciais de ação" que são um conjunto de ferramentas, táticas, formas de atuar de movimentos, lutas sociais e sujeitos que têm a dimensão espacial (ou, a representação espacial) como elemento imanente. O conceito de território funciona como um desses "repertórios espaciais da ação" em que é mobilizado como base de referência espacial a diversos movimentos sociais na luta antirracista e resistências da Pequena África.

O processo de branqueamento do território (SANTOS, 2009) é proposto a partir das suas três dimensões de análise: o branqueamento da ocupação do território; o branqueamento cultural do território e o branqueamento da imagem do território.

Assim, o projeto de branqueamento teve, segundo esta leitura, uma pluralidade de dimensões espaciais. Três vertentes então são apontadas: o branqueamento da ocupação, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos

indesejados); o branqueamento da imagem do território, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos, e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos históricos; e o branqueamento cultural do território, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares e regiões. (SANTOS *et al.*, 2017, p. 469)

Essas dimensões de análise, além de funcionarem como instrumentos para pensar o processo de formação do território brasileiro, também se revelam potentes na escala local para analisar intervenções urbanas. O processo de formação da cidade do Rio de Janeiro, em seu histórico de intervenções urbanas realizadas na área central e na zona portuária e, mais recentemente, na implementação do Projeto Porto Maravilha, possibilita observar as mudanças na composição social da população que atua na região e dos símbolos que remetem à Pequena África. Em uma área majoritariamente ocupada por pessoas negras (os dados do Censo 2010), é necessário fazer uma releitura crítica desse processo quando apontado apenas como um processo de gentrificação. E, para isso, mobilizamos o conceito de branqueamento do território proposto por Santos (2018), que observa esse processo a partir das políticas de intervenções urbanas implementadas ao longo dos anos na Zona Portuária e nos últimos anos com o Projeto Porto Maravilha.

Essa chave de análise é fundamental para compreendermos o que Santos (2018) vai chamar de “disputas de lugar”, ao destacar as resistências negras contemporâneas na região onde se implementou o Porto Maravilha frente às ofensivas do projeto de renovação urbana. Com a renovação, o Porto Maravilha tem a intenção de implantar novos símbolos, um projeto que mudaria para sempre a região portuária. Trata-se de uma disputa de lugares, entre a inovação e o passado, entre o moderno e o atrasado, entre os espaços de obsolescência dos armazéns desativados e a nova zona cultural da cidade, entre símbolos da Pequena África e os símbolos da revitalização urbana.

Massey (2000), por sua vez, reflete sobre como as relações espaciais e seus contextos de interação posicionam as ações dos sujeitos. Para a autora, a visão sistematizada e racionalista é fundamental para que o processo de simbolização de coisas e objetos se restrinja a representações que atendam a manutenção do sistema capitalista. Cria-se um lugar onde se exerce uma força capaz de orientar ações repetidas dos sujeitos, gerando uma tensão lugar-espço e força de realização. O lugar e a força de realização, os contextos de interação, posicionam as

ações do sujeito. O processo de territorialização define possibilidades de agir do sujeito, sua espacialidade e formas de se relacionarem com o espaço. Para compreender esse processo, podemos pensar a relação da cultura, por exemplo, como outra dimensão que ressignifica resistências, que reposiciona indivíduos a partir de processos de interação, revelando ações dos sujeitos pela apropriação do uso e do poder no território. O capital, então, seria o agente responsável pelos processos de desterritorialização e territorialização dentro de contextos relacionais (MASSEY, 2000).

Sodré (1988) compreende a territorialização como uma força de apropriação simbólica a qual permite a organização social de grupos marginalizados, dessa forma, se opondo à lógica de segregação espacial a quais são impostos no espaço urbano. A partir dessas forças, das dinâmicas do poder, o território apresenta uma especificidade própria, dotado de um sentido imprescindível à formação da identidade grupal/individual. Para o autor, a territorialidade se define, em primeiro lugar, pela sua dimensão política e pelas simbologias que separam determinado espaço de outro, conferindo, aos agentes, autoridade sobre o território. Sodré (1988) defende que o conceito de território já era presente na antiguidade e a relação dos povos com o espaço variava conforme a cultura e isso se mostra como marca ou uma das características principais para definição de um povo.

Dentro dessa perspectiva de apropriação espacial, podemos retomar o exemplo das reformas urbanas ocorridas no século XX no Rio de Janeiro na área central. Dentre elas, a reforma Pereira Passos, a modernização da zona portuária, a construção das Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) e a demolição de cortiços e moradias. Nesse cenário, ficou evidente como o Estado, em parceria com o Capital, articulou um projeto higienista na tentativa de apagar os símbolos dos espaços a serem dominados. A falta de políticas públicas voltadas para a habitação da população pobre das cidades corroborou para a formação de uma periferia insalubre, de habitação precária em cortiços e morros, notadamente para a população negra, o que só fez fortalecer o processo de segregação e das formas de vida autônoma e comunitárias.

Sobre a dimensão territorial ou na lógica do lugar de uma cultura, estas funcionam como base para uma estrutura da dinâmica global, ou seja, o território em sua dinâmica própria é um vetor capaz de afetar condições e ações humanas.

Por outro lado, essa dimensão territorial não se destaca apenas em culturas ditas “tradicionais” ou “arcaicas”, podendo atuar de muitas maneiras nas civilizações industriais modernas, caminhando para representações que traduzem o poder do Estado. Isso é o que a geografia política faz, delimitar soberanias ou zonas de poder, configurando o mundo de acordo com essa representação do senso de realidade do Estado. A geografia então torna a terra como o lugar de aplicação de poder social, inclusive em suas representações espaciais dos sistemas de crenças ou de leis do mercado.

Alinhados à ideologia europeia, os espaços das cidades, por exemplo, são planejados em toda sua arquitetura, como símbolos da cidade grande, para atender as demandas do capital e esmagar as diferenças. Por outro lado, as classes subalternas da periferia, como pessoas negras e indígenas, em seus “espaços selvagens” e com as suas culturas “populares”, têm, na dimensão espacial, o suporte territorial para a sua continuidade. Por isso, utilizam-se de estratégias de permanência de suas comunidades contra a ofensiva das formas de dominação que insistem em impor seu modo eurocêntrico de se relacionar com o real. Tais estratégias são levadas a cabo através da historicidade, dos elementos da antiguidade, dos rituais e das práticas de um determinado grupo que acabam por dar o real sentido para o objeto, ao espaço, e não às representações do outro. É essa resistência em não ser “sistematizado”, em não ser interpretado, que Raffestin (1993) chama de força realizadora, necessária à continuidade daqueles indivíduos/grupos sociais.

A historicidade dos povos subalternizados antecede uma ordenação espacial centrada na Europa de visão burguesa, cristã e liberal. Enquanto as potências ocidentais são regidas como região das garantias jurídico-humanísticas, ocupar “espaços livres” da África reafirmava o poder da conceituação de cultura como produção de um sentido universal, de uma verdade global a ser imposta por armas e fé aos não europeus. A cultura europeia totalizante, “universal”, que promove a modernização para as elites e exclusão para os outros povos, reproduz esse modelo de sociedade para os países colonizados. Os processos “civilizatórios”, então, justificaram novas figurações do poder. Por outro lado, choca-se com esse comportamento burguês ao experimentar o espaço.

O espaço, como fator de ordem existencial (espacialidade e territorialidade), não é apreensível pelas estruturas de classificação e representação. No entanto, é

inteligível como princípio de coexistência da diversidade. Para apreender a pluralidade da concepção de território entre os diferentes grupos (descendentes de escravizados e grupos dominantes no Brasil), o território utiliza, como chave, o contato e a comunicação. Através destas, percebe-se as relações de poder que permeiam o território e permitem experimentar a cidadania de forma diferente, desigual, de experimentar o espaço por cada grupo, que vai para além das questões de classe, também apresentada por Massey (2000) como “geometria do poder”.

Ainda conforme Massey, para compreender esse panorama complexo, é preciso ir para além da dinâmica econômica, e levar para a análise outras diferenças sociais, como raça e gênero, posto que essas categorias de opressão ultrapassam a classe social. A autora chama de geometria do poder a forma que diferentes indivíduos e grupos sociais se relacionam, se movimentam e se conectam de formas distintas no mundo e exercem diferentes faces do poder. O que se observa é que grupos que estão numa posição de controle em relação à mobilidade, como grandes capitalistas, que controlam mídias, tecnologias, investimentos, transações monetárias são aqueles que se beneficiam da “compressão espaço-tempo”, e fazem o uso dessa compressão ao seu favor para exercer poder e influência. Porém, há aqueles que não tem poder de decisão ou influência como os capitalistas, mas estão sujeitos à dinâmica dessa compressão espaço temporal.

Massey (2000), considerando tais mudanças tempo-espaciais, retoma a questão do lugar e de um sentido do lugar de forma progressista, que se afasta das ideologias dos nacionalismos reacionários, das heranças colonizadoras, e se aproxima dos sentimentos e relações que fazem emergir disputas políticas baseadas no lugar. Mesmo que mantendo o enraizamento, singularidade e diferenças geográficas, porém não de maneira estática e demarcatória de fronteiras, mas que se produz no movimento e comunicação e que interagem com a história acumulada, fruto de uma mistura das relações sociais distintas mais amplas com as mais locais.

A análise econômica da relação espaço-tempo não é o suficiente para compreender as experiências espaciais vividas por determinados indivíduos e grupos. Mesmo que a expansão capitalista tente acabar com territorialidades culturais, com o enraizamento, com as relações do indivíduo/grupo marginalizados, se torna possível imaginar uma interpretação alternativa de lugar. Nessa interpretação, os movimentos sociais, ligados a raça e gênero, podem emergir em

meio a essas disputas de lugar, e pensar o lugar de encontro, articulações, que integra de forma positiva o global e o local.

No Rio de Janeiro, é evidente a existência de um cenário urbano segregado, onde as populações negras e periféricas enfrentam condições de vida precárias, falta de acesso a serviços básicos, como educação, saúde e infraestrutura, e sofrem com altos índices de violência e discriminação racial. Essa realidade reflete a herança histórica de um país marcado pela escravidão e pelo racismo que se perpetua no espaço urbano e nas relações sociais.

O processo de branqueamento do território (SANTOS, 2009) esteve em curso ao longo dos anos no histórico de intervenções urbanas realizadas na zona portuária e, mais recentemente, na implementação do Projeto Porto Maravilha. Em uma área majoritariamente ocupada por pessoas negras, é necessário fazer uma releitura crítica desse processo quando apontado apenas como um processo de gentrificação. Para isso, mobilizamos o conceito de branqueamento do território proposto por Santos (2018), que observa esse processo a partir das políticas de intervenções urbanas implementadas ao longo dos anos na Zona Portuária e, nos últimos anos, com o Projeto Porto Maravilha.

Dentre tais intervenções, a reforma do Cais do Valongo, em 1843, para a construção do Cais da Imperatriz, tinha como objetivo apagar a memória do maior porto de chegada de africanos escravizados, símbolo de uma região atrasada. Com a Reforma Pereira Passos, no século XX, através das remoções da população majoritariamente negra e com o conhecido “bota abaixo” dos cortiços da região, almejava-se modernizar com o intuito de apagar a imagem de uma cidade colonial. Com isso, possibilitou-se, também, a construção da atual rua Presidente Vargas em 1940, de modo a torná-la uma área central, comercial e de negócios. Estas tentativas de apagamento da memória já envolviam o branqueamento da imagem e a eliminação da presença negra da narrativa sobre a história dos lugares, conforme proposto por Santos (2009).

A Zona Portuária, enquanto uma “zona periférica do centro”, emerge nesse contexto face à valorização crescente da “área central de negócios” já existente. As intervenções urbanas ocorridas na cidade, na área que hoje é a Avenida Rio Branco, ao longo da história de ocupação, reforçaram ainda mais a sua centralidade (ABREU, 2007). Esta área se estabeleceu como centro comercial, sede de diversas empresas e órgãos de gestão da cidade. Já a “zona periférica do centro” era vista

como zona de obsolescência, com abandono, por anos, de espaços pelo Estado e caracterizava-se pela presença de armazéns desativados do cais do porto, como reflexo do processo de desindustrialização nos anos 1980.

Como apontado, essa área da zona periférica do centro tem a composição da população de maioria negra que supre a demanda de mão de obra na área central. Essa centralização é crucial para a reprodução da cidade capitalista marcada por um modelo centro-periferia e que não se restringe a uma divisão de classes, mas sim a um processo de exclusão da população negra, com o abandono de espaços na zona periférica do centro pelo Estado. Esta zona periférica torna-se, assim, um local que é foco de políticas de renovação urbana, por vezes via processo de gentrificação (CORRÊA, 1995). Isso significa que diversas intervenções urbanas implementadas na zona portuária, por diferentes governos, fortaleceram as práticas e o discurso de abandono.

Por outro lado, enquanto se observava o abandono por parte da gestão pública, diversas manifestações culturais ligadas à cultura negra, aos moradores e aos trabalhadores do porto aconteciam, uma vez que essa parcela da população estava engajada com as demandas por melhores condições de vida daquela área. São esses grupos sociais que, historicamente, não só ocuparam a região, mas protagonizaram mobilizações e reivindicaram contrapartidas a essas políticas de renovação urbana na área, como apresentaremos a seguir.

Em 1983, a Associação Comercial do Rio propôs um projeto de “revitalização urbana” para atender às suas demandas de comércio e exportação. Em contrapartida, foi criado o SAGAS²⁶ que visava a preservação de bens culturais presentes nos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa. Outro, foi o Projeto Porto do Rio (Plano de recuperação e revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro), elaborado na segunda gestão do prefeito Cesar Maia, e implementado na década de 2000. Este visava o desenvolvimento habitacional, econômico e turístico dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, mas não foi implementado devido a diversos fatores, dentre eles a não aliança entre os três níveis de governo,

²⁶ O projeto SAGAS foi elaborado a partir do Decreto nº 7.351, de 14 de fevereiro de 1988, e suas principais atribuições são: “a manutenção das características consideradas importantes na ambiência e identidade cultural da área; preservação dos bens culturais que apresentem características morfológicas típicas e recorrentes na área; estabelecimento de critérios para novos gabaritos; prévia aprovação para demolições e construções; criação de um escritório técnico, para fiscalização e acompanhamento das intervenções” (SOARES; MOREIRA, 2007, p. 108).

necessária, considerando que 80% da área é constituída por terrenos públicos (GIANNELLA, 2015).

Frente a esse projeto de urbanização, foi organizado o movimento *Porto Cultural* que propunha a união das organizações sociais da Região Portuária para a discussão de propostas a serem apresentadas aos governos nacional, estadual e incluídas nos projetos de revitalização urbana. Mais recentemente, em 2010, com o Projeto Porto Maravilha, grupos culturais da região criaram o *ComDomínio Cultural*, composto por diversos atores e coletivos culturais que buscam dialogar com atores hegemônicos sobre as políticas culturais implementadas na região.

Esse breve panorama histórico revela uma região que esteve o tempo todo sofrendo com alternâncias entre processos de reformas urbanas, via processo de gentrificação, diante do abandono desta região pelo poder público. Suas ações excludentes eram justificadas a partir dos símbolos e discursos construídos sobre uma área “sem vida” e abandonada. Em verdade, esses processos ocorrem em uma região composta majoritariamente por populações negras e na emergência de diversos grupos culturais ligados à cultura afro-brasileira que, ao longo dos anos, precisaram se organizar coletivamente para reivindicar o seu direito a existir no território diante das intervenções urbanas que avançavam na região.

As demandas desses grupos culturais e da população negra, em grande parte, estavam relacionadas a contrapartidas que preservavam a história e cultura locais, bens materiais e imateriais da zona portuária, tais como o Projeto SAGAS²⁷. Hoje, grande parte desses grupos ainda luta para se manter no território com suas expressões culturais de preservação da população negra na região, que ora são mobilizadas para as demandas da capital e ora são excluídas dos “ganhos” da região. O que se observa na zona portuária é que há diferentes formas de resistência aos projetos de reforma urbana hegemônicos, uma vez que, no decorrer da sua execução ao longo dos anos, não levam em consideração as demandas locais.

A maioria dos atores tem seu ativismo cultural e suas ações anteriores a qualquer um desses projetos de intervenção neste território, conforme pode ser evidenciado no estudo de Santos et al (2017). Desde rodas de samba e festejos na casa de Tia Ciata até os dias atuais com a Roda de Samba da Pedra do Sal, com as escolas de samba como A Vizinha Faladeira, com os blocos de carnaval como os

²⁷ https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354515/4107421/centro_dec_7351_88_sagas.pdf

Escravos da Mauá, o Cordão do Prata Preta, os Filhos de Gandhi, dentre outros. Todos esses atores veem, na cultura, um instrumento de luta para reivindicação de direitos e participação nas tomadas de decisão sobre as ações implementadas na região, além de exercer suas diversas formas de resistências. Nas arenas de lutas, a cultura sempre foi ferramenta dessas populações. Andam lado a lado com as lutas por direito à moradia, acesso a bens públicos e culturais e, principalmente, na luta pela manutenção do território que remete à população negra.

Diversos trabalhos acadêmicos, relatos dos moradores e vivências da região revelam uma área composta por grupos culturais que é caracterizada por diversos símbolos da cultura afro-brasileira. Trata-se de uma luta para manter tais símbolos diante de diversas iniciativas de “modernização” do território, a partir de obras grandiosas que insistem em implementar novos símbolos para a região. Estes símbolos desencadeiam o processo de mudança do conteúdo social, com a saída de pessoas pobres e negras e, simultaneamente, com a entrada da classe média. Dessa forma, entendendo que no Brasil a formação de classes está intrinsecamente ligada à dimensão racial, apontar essa renovação no padrão de ocupação do espaço é compreender também um processo de saída de uma população pobre majoritariamente negra e a entrada de uma classe média majoritariamente branca.

A Pequena África, berço da cultura negra, é destacada em seu passado, a partir do “Circuito da Celebração da Herança Africana” vinculado ao projeto Porto Maravilha que afirma buscar resgatar a cultura afro-brasileira em moldes turísticos. Esse resgate é feito de uma forma que reduz a Pequena África e, espacialmente, cristaliza a trajetória do negro naquele território (RIBEIRO, 2014). A seguir, na Figura 3, vê-se a reprodução da imagem do território da Pequena África segundo a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR) e, na Figura 4, com a reprodução de um mapa²⁸ que contém outras organizações culturais negras presentes da zona de amortecimento compreendida como Pequena África. Santos (2017) aponta que, pela primeira vez, nos processos de intervenção urbana na história da cidade do Rio de Janeiro, é colocada alguma positividade na presença negra. Estes representados nos mapas como atrativos culturais a partir de identificação das organizações culturais da Pequena África.

²⁸ Este mapa elaborado pela autora utilizou dados do Relatório FINAL DA PESQUISA: MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CULTURAIS DA PEQUENA ÁFRICA do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro Projeto MPF com a Comunidade: Pequena África. Acesso em: junho de 2024.

Figura 3 - Circuito da Herança Africana (CCPAR).



Fonte: Rio de Janeiro (2023a).

Figura 4 - Mapa da Pequena África e os diversos atores envolvidos.



Fonte: Elaborada pela autora.

A centralidade atribuída às grandes potências mundiais na construção cartográfica reforça seus sistemas de dominação simbólica e territorial. Essa perspectiva está em consonância com Raffestin (1993), que compreende os mapas como instrumentos fundamentais de exercício de poder por parte do Estado. Ao produzir representações espaciais, uma nação define e orienta a forma como deseja ser percebida cultural e politicamente, projetando uma imagem específica de si mesma e de seu território.

3.2 Intervenções urbanas na área central na Pequena África e na Zona Portuária

A área central da cidade foi palco de diversas transformações urbanas ao longo da história, marcadas pelo branqueamento do território (SANTOS, 2009). A principal porta de entrada da cidade, durante o século XVIII, a atual Praça Quinze, ganhou novas funções no espaço urbano. Se até o século XVII era composta por chácaras e pântanos, a região passou a receber novas atividades econômicas como construção de armazéns, trapiches, pequenas manufaturas e casas de negociantes de escravizados. Os pântanos foram aterrados e novas ruas foram construídas. A centralização política, religiosa e administrativa se concentrava nesta região, ao lado do mercado de escravizados no Cais da Praça XV, do Largo do Paço. O contato com os povos africanos que desembarcavam em condições desumanas e a disseminação de doenças motivou a transferência do mercado escravista para o Valongo.

Através do Cais do Valongo, criado no final do século XVIII e com a consolidação do Complexo comercial escravista do Valongo, estima-se a chegada de um milhão de africanos escravizados. Já no Lazareto da Gamboa, atual Rua da Gamboa, permaneciam, em quarentena, os escravizados acometidos por doenças infecciosas. Também na região ficava o cemitério dos pretos novos que recebia os corpos daqueles que não resistiram às condições da travessia, além dos armazéns e demais áreas destinadas a esse processo.

O cais do Valongo foi aterrado em 1843 para a construção do Cais da Imperatriz, destinado a receber a princesa napolitana Tereza Cristina de Bourbon, esposa do Imperador Dom Pedro II. O intuito era apagar daquele local o seu

significado relacionado com a grande diáspora africana. O cais do Valongo, o principal cais de desembarque de africanos escravizados em todas as Américas, abarcou o maior processo de migração forçada da história com cerca de um milhão de africanos cativos ali aportados (IPHAN, 2016).

Neste importante relatório disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) (2016), é possível conhecer toda a trajetória de formação da Zona Portuária do Rio de Janeiro que é relatada de forma resumida no texto a seguir. Entre 1904 e 1910, com a reforma Pereira Passos, um grande aterro realizado para a construção do novo porto da cidade encobriu também o Cais da Imperatriz. O cais do Valongo esteve por 168 anos coberto inicialmente pelo Cais da Imperatriz e depois pelo aterro do porto construído no início do século XX.

A praça, presente até hoje no local, foi inicialmente chamada de Praça Municipal que, com o tempo, passou a ser conhecida como Praça Jornal do Comércio, denominação esta que perdura até hoje. As estátuas neoclássicas que adornavam o Cais da Imperatriz, foram transferidas para o Jardim Suspenso do Valongo. O Jardim, construído em 1906, em terreno outrora ocupado por casas de comércio escravista na Rua do Valongo, atual Rua Camerino, fez parte do projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Em frente ao sítio arqueológico do Valongo há o prédio das Docas Pedro II, localizado na Rua Barão de Tefé, número 75, que possui um significado histórico e político da resistência negra e da luta abolicionista. O prédio, projetado pelo engenheiro André Rebouças no século XIX, funcionou como armazém para grãos de café, sendo o único prédio desse porte, na época, a ser construído sem a utilização de mão de obra escravizada. Desde 2016, é tombado e tem previsão de abrigar o Centro de Referência da Celebração da Herança Africana e o centro de interpretação do Valongo.

O Cemitério Pretos Novos que ficou ativo entre 1769 e 1831, foi criado para atender ao mercado de escravizados do Valongo, sendo posteriormente coberto pela malha urbana. O cemitério, criado em 1722, em frente ao Largo de Santa Rita, foi transferido, em 1769, para o Valongo. Em 1996, com obras realizadas em residência de Petrúcio e Maria De La Merced Guimarães, na Rua Pedro Ernesto, número 36, no bairro da Gamboa, foram encontrados, durante escavações, ossos e restos mortais de seres humanos, levando o casal a procurar o representante do Centro Cultural do Bonifácio. Eles entraram em contato com o Departamento de Patrimônio

da Prefeitura e acionaram o Instituto Brasileiro de Arqueologia (IBA), que realizou a pesquisa. Três meses depois foi constatada a existência de um cemitério de escravizados na região. Antonio Carlos, liderança comunitária que na época era membro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro do município do Rio de Janeiro e trabalhava com um projeto chamado as Mãos Afrobrasileiras, participou das ações e na luta para a institucionalização do espaço.

Após alguns anos de mobilização de lideranças locais e debates, no dia 13 de maio do ano de 2005, o Instituto Pretos Novos tornou-se uma organização sem fins lucrativos, fundada pelo casal e por grupos de pessoas interessadas na preservação das territorialidades negras na Zona Portuária. O Instituto funciona como um sítio arqueológico e histórico. Inicia-se um trabalho de resistência, preservação, investigação e divulgação de patrimônio material e imaterial. Como estratégia de luta, no âmbito da educação, são oferecidos diversos cursos gratuitos voltados para a população, pesquisadores e estudantes, além de exposição permanente.

Segundo o Relatório do IPHAN (2016), a história da presença negra na região se estende ao longo do tempo após a abolição do cativo e segue até o desvelamento do sítio arqueológico em tempos recentes. Sua descoberta e escavação, assim como de seu ocultamento, fazem parte dessa história. Poucas foram as transformações da forma-aparência das freguesias centrais neste período, mas, a partir de 1850, passam por inúmeras transformações. O capital estrangeiro que, pouco a pouco, obtinha concessões do Governo Imperial para implantação de serviços públicos e de ações do Estado, beneficia-se das atividades produtivas ali localizadas. A freguesia da Candelária, conhecida como verdadeiro centro da cidade, tinha seu uso destinado ao comércio importador e exportador, consulados, comércios, bancos e companhias de navegação. Dessa forma, foi a primeira área a receber iluminação a gás e serviço de esgoto.

Segundo Abreu (1997), as classes mais baixas, sem nenhum poder de mobilidade, adensam-se nas freguesias urbanas de Santa Rita e Santana, dando origem aos bairros da Saúde, Santo Cristo e Gamboa. No centro da cidade, trabalhadores livres e escravos de ganho precisavam estar próximos ao centro para busca de trabalho diário que só existia na área central da cidade, na época, ligados à manufatura e à atividade cafeeira, além da prestação de serviços.

A partir de 1850, conforme Sodré (2002), os cortiços começam a surgir nessa região como solução de moradia para a população pobre com baixo ou nenhum

poder de mobilidade. Ao longo dos anos, habitações coletivas aumentavam cada vez mais, assim como os números de uma população em condição de miséria e insalubridade em área próxima ao centro político de poder e econômico que era a área central e, portanto, valorizada. Sodré (2002) afirma que 50% da população morava em casarões divididos em cubículos que, além de moradias, serviam como trabalho de lavadeiras, doceiras, alfaiates, já que restavam apenas os subempregos

Sabe-se que tais oportunidades, embora maiores no Rio que em São Paulo (onde era acirrada a competição com o migrante europeu), davam-se apenas na área do subemprego - pequenos ofícios, comércio ambulante, trabalho doméstico - ou então no Cais do Porto, onde era notória a figura do negro, com a consequente presença de uma grande população "escura" na Zona Portuária (Saúde, Gamboa).

A facilitação da entrada de imigrantes no país (1.125 mil entre 1891 e 1900) - desencadeada pelo Senador Vergueiro desde o Império - foi uma decisão contra o negro: a concorrência estrangeira viria prejudicar em muito o acesso de ex-escravos às vagas oferecidas pela indústria e pelo comércio. Trata-se de uma decisão político-cultural, com uma lógica orientada pelo reforço das aparências brancas da população urbana. As alegadas "vantagens técnicas" dos imigrantes europeus eram um argumento que mal escondia o desejo manifesto de se promover a "regeneração racial" do país. (SODRÉ, 2002, p. 44)

Já no final do século XIX, o avanço das fábricas do Rio de Janeiro coincidiu com a transição do sistema escravista e, conseqüentemente, da atividade cafeeira para a mão de obra não escravizada. O café foi um dos principais produtos de exportação até meados do século XX e, com a chegada de imigrantes estrangeiros, agravou-se o problema habitacional já existente. Nesse mesmo período, já no fim do século XIX, observa-se o fortalecimento de um ideário de nação no Brasil como política de branqueamento da população, com um conjunto de políticas de incentivo à migração de europeus para garantir a miscigenação da população, formando uma força de trabalho nacional e livre (SODRÉ, 2002).

Na transição do período escravocrata para o trabalho livre, a população negra foi desqualificada e excluída ao longo do processo de estruturação da cidade via planejamento urbano. Ainda com o fim da escravidão, os negros continuaram em massa na região compreendida como Pequena África, onde se situava o Mercado do Valongo, os atuais bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo, próxima ao centro de negócios (SODRÉ, 2002).

No século XX, a cidade passa por grandes transformações motivadas pela necessidade de se adequar ao contexto capitalista internacional com a concentração

e acumulação de capital a partir de atividades exportadoras. Para isso, houve uma grande reforma urbana, empreendida por quatro anos pelo Prefeito Pereira Passos que visava modernizar a cidade, reproduzindo um embelezamento eurocêntrico e higienização racial que teve profundas implicações sociais. Era necessário apagar a imagem da capital colonial para uma capital moderna e civilizada (SODRÉ, 2002).

O alargamento das ruas e a abertura de novas vias de circulação realizava a desapropriação de prédios e cortiços e obras de saneamento. A praça XV, Praça Tiradentes e Passeio Público com estátuas, árvores e jardins também foram criadas nesse período para o embelezamento. A construção do Teatro Municipal também se deu nesse período, além da construção da avenida Central (atual Avenida Rio Branco). A cargo do Governo Federal ficou a construção do Porto do Rio de Janeiro e da Avenida Rodrigues Alves e Francisco Bicalho que lhe davam acesso à área de aterro (IPHAN, 2016).

Segundo Abreu (2007), essa reforma provocou o deslocamento de populações de baixa renda, principalmente afrodescendentes, das áreas centrais para as periferias e para os morros situados próximos à área central (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros). O Morro da Providência, já conhecido como Morro da favela desde 1897, teve sua ocupação iniciada por militares de baixa hierarquia que retornaram de Canudos. O prefeito também proibiu a circulação de ambulantes e mendicância. A Revolta da Vacina que eclodiu no Rio de Janeiro em novembro de 1904, na Praça da Harmonia, foi um evento marcante na história do Brasil, tendo como um de seus principais líderes Horácio José da Silva, conhecido como Prata Preta. O movimento popular surgiu como resposta às medidas sanitárias e urbanísticas implementadas durante a gestão do presidente Rodrigues Alves que buscavam tanto modernizar a cidade, quanto combater as epidemias de doenças como a varíola. A campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, liderada pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz, foi um dos principais gatilhos da Revolta da Vacina. Muitos cariocas resistiram à ideia de serem vacinados à força, alegando questões de liberdade pessoal e o desconhecimento dos efeitos da vacina. Isso culminou em manifestações violentas nas ruas do Rio de Janeiro.

Os descontentamentos com esse processo reurbanizador explodiam em esporádicas revoltas ou quebra-quebras populares, que encontravam nos negros da Saúde a sua grande massa. A chamada "Revolta da Vacina" (novembro de 1904), contra a implantação da vacina obrigatória no Rio, deve-se em grande parte (já que foi também um movimento conduzindo por

militares e positivistas) à associação feita pelo povo entre as medidas de saneamento e o "bota-abaixo" reformista de Pereira Passos. Episódios desta ordem terminariam induzindo o Poder Público a buscar novos caminhos para a intervenção oficial no campo das habitações populares. (SODRÉ, 2002, p. 48)

O branqueamento do território, frente às políticas urbanas, marginalizou comunidades negras e pobres, promovendo uma segregação racial e socioeconômica. Abreu (2007) argumenta que a Reforma Pereira Passos resultou na higienização racial e espacial da cidade, criando áreas urbanas mais atrativas para a elite branca e europeizada, enquanto relegava às comunidades afrodescendentes condições precárias nas periferias. Essa segregação territorial reforçou as desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais, alimentando o processo de branqueamento proposto por Santos (2009).

Segundo Soares (2011), o Rio de Janeiro, através do complexo do Valongo, foi a região que mais recebeu escravizados da África em todo o século XIX. Da comercialização de escravizados africanos no mercado do Valongo ao cemitério dos Pretos Novos, mortos recém-chegados na travessia marítima a partir do século XVIII, instaurou-se naquela região a ocupação da população negra. Para além do genocídio da população negra, Heitor dos Prazeres remonta um passado no qual aconteciam diversas manifestações culturais e religiosas, possibilitando a construção das memórias de outras histórias que vão além da contribuição da exploração da força de trabalho da população negra naquela região. Gomes (2014) conta um pouco sobre o histórico de ocupação do lugar:

A região relativa aos programas de revitalização analisados é identificada à chamada Pequena África, assim nomeada por Heitor dos Prazeres, por esta conjugar um conjunto de expressões relativas às heranças culturais negras, musicalidade, religiosidade e resistência. A Pedra do Sal, localizada aos pés do Morro da Conceição, foi tombada pelo Inepac, em 1984, como patrimônio afro-brasileiro. A justificativa se pautava na necessidade de preservar o que estaria descaracterizado pelas recorrentes intervenções urbanísticas que impactavam a cidade desde o início do século XX, pondo em risco a "cidade negra". Ali se dispunham as oferendas, surgiram os primeiros ranchos carnavalescos. Donga, Pixinguinha, João da Baiana, Sinhô se reuniam em um bar da região para tocar e compor, e participavam dos encontros realizados por Tia Ciata, integrante do terreiro de João Alabá, ambos se constituem referências essenciais na configuração da identidade e memória negra no Rio de Janeiro. Portanto, o berço do samba é identificado como lugar de memória da população negra do pré e pós-abolição, já que ali se instalaram ex-escravos, além de a região do Porto ser local de entrada dos africanos escravizados durante o Império. É destino também da chamada "diáspora baiana" no início do século XX, inicialmente, e mais tarde somada aos "nordestinos" em geral. (GOMES, 2014, p. 4)

Com a decadência da economia cafeeira no Vale do Paraíba e a chegada de baianos em busca de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, a população negra do Rio de Janeiro voltou a crescer na segunda metade do século XIX. Por isso, a coexistência, na Pedra do Sal, dos primeiros negros expurgados e advindos da Bahia com os africanos acabou por ser um fenômeno natural (MOURA, 1995). Por outro lado, o aumento populacional das camadas mais pobres fez emergir conflitos que perduram até os dias de hoje.

Segundo Sodré (1998), ao passo que o embelezamento fortalecia uma ideologia europeia burguesa, incluía ainda o incentivo de políticas de branqueamento da população, a partir da entrada de imigrantes por diversos incentivos do Estado para sua permanência, na promoção de emprego e habitação. As reformas acentuaram as diferenças entre a “velha” e “nova” sociedade. Com as reformas urbanas mais recentes na região, ainda hoje pode ser percebido o branqueamento da população em espaços como a Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro, onde o marcador territorial é sobretudo a simbologia ligada à identidade de matriz africana que grupos locais dão àquele espaço.

4 AGENTES CULTURAIS LIGADOS ÀS TERRITORIALIDADES NEGRAS DA REGIÃO DA PEQUENA ÁFRICA E O ACESSO A POLÍTICAS CULTURAIS E INVESTIMENTOS

Neste capítulo, buscamos compreender como agentes culturais ligados às territorialidades negras da região da Pequena África acessam as políticas culturais no município e investimentos entre 2009 e 2023. A fim de acessar os editais de fomento à cultura, as organizações culturais precisam elaborar e submeter o projeto que contemple as demandas específicas de cada um desses editais. Isso requer o atendimento de diversos requisitos. É preciso elaborar proposta, orçamento, cronograma, portfólio, autorizações, registros, dentre várias outras exigências para, ao final, submeter em plataformas específicas, o que também demanda conhecimento especializado.

Para isso, foi realizada uma busca por editais de fomento e o planejamento estratégico da cidade, buscando menções sobre a Pequena África. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas com agentes culturais da região, formalizados como organizações não governamentais e/ou microempreendedores individuais. Além desses, foi realizada uma entrevista com uma funcionária da Secretaria Municipal de Cultura.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, o Planejamento Estratégico elaborado para o período de 2021-2024 (Anexo A), que faz uma menção à Pequena África na página 165, é dividido em seções, sendo a de número 10 nomeada como Iniciativa Estratégica Fortalecimento da Agenda Antirracista e Promoção da Igualdade Racial (Anexo A). Nela constam objetivos, metas e resultados esperados, todos referentes às ações na área de igualdade racial, o que inclui ações para a Pequena África. Dentre os resultados esperados, o planejamento estratégico estabelece que é preciso: aumentar a adoção de políticas afirmativas pelas empresas; promover a igualdade étnico-racial e a reparação histórica à população negra; mitigar atos discriminatórios; e incentivar a igualdade e equidade de oportunidades (RIO DE JANEIRO, 2021).

Um dos editais citados é o Edital Ações Locais²⁹, que está em sua quinta edição. No documento do Plano Estratégico, aparece pela primeira vez com ações descritas voltadas para a cultura negra, dentre elas a criação do “Ações Locais - Cultura Negra Carioca”. No documento ele aparece com o seguinte nome, o qual direciona para ações voltadas para a cultura negra “Ações Locais - Cultura Negra Carioca”. Até este ano, não houve projeto exclusivo para realizar o fomento direto para a cultura negra. Como ação afirmativa, nesta edição do Programa Ações Locais, além de 20% das vagas reservadas para pessoas negras, 80% das vagas são para proponentes de outras áreas de planejamento e, nestas, a Pequena África é incluída. Dessa forma, não foi criado um edital exclusivo que prioriza a Pequena África, como descrito no Planejamento Estratégico (2021-2024), denominado “Ações Locais - Cultura Negra Carioca”. Portanto, não cumpriu com as ações propostas no Planejamento Estratégico.”. A seguir, o trecho do Edital Ações Locais - Edição Paulo Gustavo (RIO DE JANEIRO, 2023b)³⁰ que menciona a Pequena África:

3.2. A seleção das AÇÕES LOCAIS obedecerá ao critério de Distribuição Territorial, segundo o qual 80% dos selecionados deverão ser PROPONENTES sediados ou moradores e PROPOSTAS CULTURAIS localizadas nas Áreas de Planejamento 3, 4 e 5 (exceto o bairro da Barra da Tijuca), nos **bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo (região da Pequena África) e nas favelas das Áreas de Planejamento 1 e 2.** (RIO DE JANEIRO, 2023b, grifos nossos).

Durante a pesquisa sobre outras formas de fomento direto da SMC para agentes culturais da Pequena África, destacou-se o Projeto Zonas de Cultura³¹, realizado pela Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro (FETAERJ)³². Nessa proposta, foram lançados editais com foco na região da Pequena África por meio de parcerias com Organizações Sociais (OS). Esses editais, reunidos sob o título “Zonas de Cultura – Porto e Pequena África”, preveem a realização de diversas ações, incluindo cursos de capacitação, apoio financeiro e

²⁹ O Edital Ações Locais é Programa de Fomento Cultural focado em descentralização como diretriz institucional de descentralizar incentivos geograficamente no município e contemplar principalmente grupos historicamente desprivilegiados.

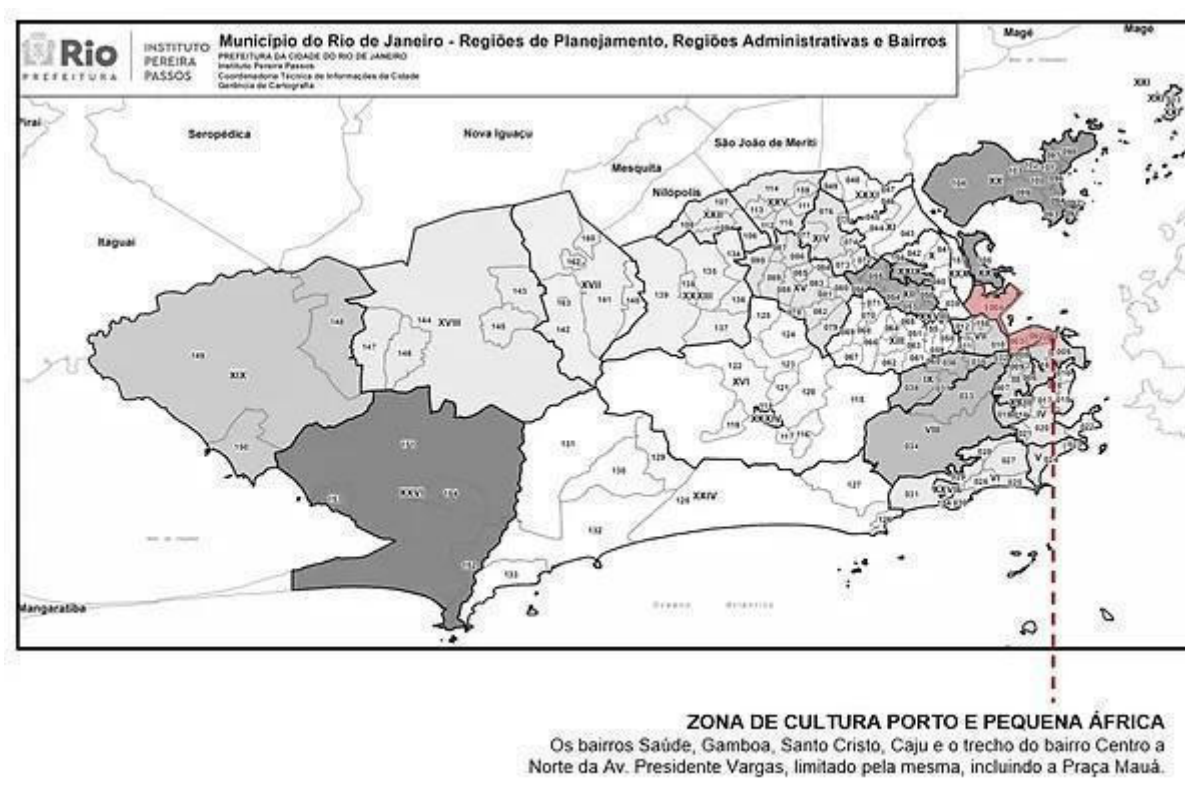
³⁰ Edital Ações Locais - Edição Paulo Gustavo (2023) <https://cultura.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/38/2023/10/Edital-de-Acoes-Locais-Edicao-Paulo-Gustavo.pdf>

³¹ O projeto lançou editais para as regiões de Madureira, Santa Cruz, Porto e Pequena África.

³² É uma instituição sem fins lucrativos e de utilidade pública estadual, filiada à CBT (Confederação Brasileira de Teatro). Esta foi selecionada para fazer a gestão do projeto a partir de chamamento público realizado em SMC.

atividades culturais no território. Embora representem um avanço pontual, tais iniciativas ainda não suprem de forma estruturante a demanda histórica por políticas públicas contínuas e afirmativas para os grupos culturais negros da região. A Figura 5 retrata o mapa de delimitação disponível no *site* da OS, o qual define a área de abrangência do projeto.

Figura 5 - Área de abrangência do Projeto Zonas de Cultura Porto e Pequena África.



Fonte: Rio de Janeiro (2023b).

Nos próximos subcapítulos, a fim de atender aos objetivos estabelecidos neste estudo, foram analisadas individualmente, por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa com algumas das organizações sociais. Nestas análises, foram utilizadas as relações das políticas culturais disponíveis nos últimos anos e as formas de acesso. Em seguida a estas análises, é realizada a análise comparativa entre as quatro organizações não governamentais/ produtores culturais selecionados. Além de entrevista com representante da SMC sobre os principais editais de fomento disponíveis.

4.1 Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro

A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) representa um agente governamental de grande importância. Sua responsabilidade institucional compreende o planejamento, a gestão e a execução de políticas culturais no município do Rio de Janeiro. No território da Pequena África, a SMC atua por meio do lançamento de editais públicos, como o “Zonas de Cultura – Porto e Pequena África”, além da coordenação de equipamentos culturais e da formalização de parcerias com Organizações Sociais (OS). Cabe também à Secretaria promover a valorização da diversidade cultural e fomentar ações afirmativas voltadas à população negra e periférica. No entanto, os dados coletados indicam que, apesar da existência de editais voltados à região, há dificuldades no acesso a esses mecanismos por parte dos coletivos locais, seja por barreiras burocráticas, seja por limitações estruturais dos próprios grupos. A ausência de um edital exclusivo e contínuo para a Pequena África, conforme previsto no Planejamento Estratégico (2021–2024), reflete a distância entre o discurso institucional e a prática efetiva de promoção da cultura negra na cidade.

Os dados a seguir foram obtidos através da aplicação de uma entrevista semiestruturada com uma funcionária de cargo comissionado lotada na Secretaria Municipal de Cultura (SMC), doravante denominada como Entrevistada 1 (E1). Sobre o desenvolvimento das políticas culturais para a zona portuária Pequena África nos últimos anos e as propostas para ações afirmativas presentes em editais da secretaria municipal de cultura para a população negra da região, a entrevistada apontou algumas ações de fomento direto. As ações apontadas pela entrevistada foram os editais Ações Locais³³, Pró-Carioca Linguagens - Programa de Fomento à Cultura Carioca³⁴, o Programa Zonas de Cultura³⁵ e a gestão do Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB)³⁶.

O Programa *Zonas de Cultura Pequena África*, que é realizado em parceria com uma OS, chamada Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro (FETAERJ)³⁷. Essa OS, participou de um edital de chamamento público³⁸

³³ <https://carioca.rio/servicos/acoes-locais-programa-de-fomento-cultural-focado-em-descentralizacao/>

³⁴ <https://carioca.rio/servicos/incentivo-cultural-fomento-direto/>

³⁵ <https://carioca.rio/servicos/programa-zonas-de-cultura/>

³⁶ <https://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab>

³⁷ <https://www.fetaerj.com/fetaerj>

³⁸ <https://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=14826182>

para realizar à execução integral dos Projetos Zonas de Cultura – Zona Portuária e Zonas de Cultura – Santa Cruz. Segundo a entrevistada, a parceria com uma OS permite maior agilidade e desburocratização em relação à esfera pública. No entanto, é necessário maior fiscalização da realização dos recursos e acompanhamento das atividades. Uma evidência é que os dados não são fornecidos em tempo, quando solicitados, pela SMC. A falta de informações disponíveis e a falta de controle das ações pela SMC fica mais evidente quando são solicitados por esta pesquisadora dados mais recentes sobre o andamento e resultados do projeto. Da mesma forma, não foi possível localizar quaisquer informações sobre o controle das ações realizadas no site da prefeitura. Também no *site* da OS, não foi possível verificar o que foi efetivamente realizado, como, por exemplo, se houve o cumprimento dos requisitos e objetivos dos editais, se os contemplados realizaram as ações e seus resultados. Quando perguntada sobre o compilado de informações para traçar o perfil dos inscritos, com dados de raça/cor, localização das ações, a Entrevistada 1 afirmou:

[...] talvez a organização social tenha esses dados, inclusive importantes até para a gente também. (E1, 2023)

Parece haver um lapso temporal entre o que é realizado pela OS e o que a secretaria consegue deter de informação, o que sugere uma necessidade de maior controle sobre as ações da OS, que detém a gestão dos editais do Zonas de Cultura Porto/ Pequena África. Sobre a linha *Intercâmbio - Zona de Cultura nas escolas*³⁹, relatou:

[...] a gente teve algumas dificuldades internas de logística para realização nas escolas. Então nem todas as propostas foram realizadas em escolas. (E1, 2023)

Observa-se dessa forma mais um requisito do edital que não foi efetivo, neste caso, ser realizado em escolas.

Sobre a linha de Programa de Capacitação⁴⁰ chamada *Zona de Cultura Mentoria*, foram mencionadas as seguintes frentes de atuação: Curso Livre de

³⁹ <https://www.fetaerj.com/zc-nas-escolas-portoepequenaafrica>

⁴⁰ <https://www.fetaerj.com/oficinas-zonasdecultura#:~:text=Uma%20das%20linhas%20de%20a%C3%A7%C3%A3o,sustentabilidade%20de%20a%C3%A7%C3%B5es%20e%20projetos.>

Produção Cultural⁴¹ e Incubadora de Projetos Socioculturais. O objetivo desta linha era realizar formações em gestão e elaboração de projetos culturais e destinar recursos para produtores e coletivos culturais atuantes no território da Pequena África.

A entrevistada reconhece a insuficiência do recurso destinado aos produtores que se inscreveram na *Incubadora de Projetos Sócio-culturais*, relatando que, dos 5 selecionados para participar do processo, apenas 2 receberam um prêmio simbólico (sic) de 4 mil reais.

O *Curso Livre de Produção Cultural*,⁴² cujo objetivo era auxiliar na elaboração de propostas para projetos culturais, também se revela como mais uma proposta paliativa, que mesmo com sua importância para a capacitação profissional individual na área de produção cultural, ainda precisa levar em consideração as desigualdades sociais que implicam na qualificação e desenvolvimento na área. Desde a própria formação escolar do participante até a dificuldade no processo de profissionalização no desenvolvimento de competências e habilidade de construir projetos para disputar a par de igualdade nesses editais. Já sobre os "Ações Locais", umas das ações da SMC é contratar "articuladores locais" para buscar nos territórios os agentes culturais e ajudá-los no processo de inscrição, Apesar da importância dessa experiência, ela não é reproduzida nos demais editais já mencionados.

Observamos também que, por mais que seja uma intenção da SMC promover a capacitação, a integração e articulação entre os atores, a lógica de editais coloca esses produtores num lugar de concorrência e disputas. Sobre este assunto, a E1 informou:

[...] Eu percebo que os espaços de conexão de conversa poderiam ser intencionalmente mais trabalhados. Tem iniciativas diversas acontecendo que poderiam dialogar mais entre si, as iniciativas entre si e os investimentos. (E1, 2023)

Quando perguntada se existe algum acesso ou ação da prefeitura de apoio e fomento com um período mais extenso, ela responde:

[...] Essas organizações do território, o que elas têm é livre acesso aos editais, assim como todas as outras organizações, então são alguns agentes muito importantes no território. Tipo filhos de Gandhi, tipo CIA de

⁴¹ Segue o conteúdo programado da proposta: <https://www.fetaerj.com/zc-mentoria-producaocultural>

⁴² <https://www.fetaerj.com/oficinas-zonasdecultura>

mistério..., enfim algumas, Casa Amarela na Providência. Alguns agentes relevantes ali no território que eles têm é o acesso à tradicional, vias tradicionais ao fomento e a editais, não existe uma política de continuidade. (E1, 2023)

Sobre a participação no acompanhamento da sociedade nessas ações da SMC para a região da Pequena África, E1 destacou que

[...] O Comitê do Cais do Valongo é muito ativo, é muito presente nas eleições, tudo passa por eles e isso é o certo mesmo a fazer. O próprio IPHAN, o governo federal, prefeitura e tal, é um comitê importante assim na região. Então em um fórum de discussão, como no espaço de decisão participativa, o comitê é importante. (E1, 2023)

Ainda sobre o programa na região, aponta:

[...] Eu percebo que a iniciativa do zonas de cultura é uma iniciativa necessária para aproximação do poder público com o território. [...] O papel das Zonas de Cultura chegando na pequena África é uma participação de dinheiro, [...] não há romantismo nisso. (E1, 2023)

O Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (MUHCAB) (Figura 6) também está sob gestão da SMC, conforme E1.

[...] Hoje ele é o equipamento cultural de referência na região, com certeza até maior do que o programa Zona de Cultura, ele precisa de tempo para melhorar e para se consolidar como uma política pública territorial. Ele, como equipamento cultural importante, está passando por obras e se encontra fechado, e está dentro do Centro Cultural José Bonifácio. (E1, 2023)

Como já mencionado anteriormente, em 2017, houve uma questão em torno da criação do museu e de sua condição para que o sítio arqueológico atendesse ao requisito para a candidatura a Patrimônio da Humanidade.

Figura 6 - MUHCAB.



Fonte: Rio de Janeiro (2022).

Se, de um lado, a prefeitura demonstra a preocupação em desenvolver projetos para a região da Zona Portuária, de outro, houve atrasos significativos na constituição do MUHCAB, requisito indispensável para a candidatura como Patrimônio Mundial da Humanidade. O MUHCAB manteve-se fechado por 7 anos, sendo inaugurado apenas recentemente. Por outro lado, ações que requerem muito mais investimentos, tais como o *Projeto Porto Maravalley*, com obras iniciadas em 2022, e inaugurado em 2024⁴³, além do anúncio da criação do *Parque do Porto*.⁴⁴ Estes recebem maior grau de atenção em relação aos demais projetos relacionados à Pequena África dessa mesma região.

4.2 Casarão Cultural João de Alabá (Instituto Cena Portuária)

O Casarão Cultural João de Alabá, coordenado pelo Instituto Cena Portuária, é um agente não governamental com atuação significativa na Pequena África. Sua

⁴³ <https://prefeitura.rio/cidade/porto-maravalley-cidade-do-rio-ganha-hub-de-tecnologia-e-inovacao/>

⁴⁴ <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-planeja-construcao-do-parque-do-porto-nova-orka-de-convivio-publico-lazer-cultura-e-eventos-do-rio/>

missão é promover, preservar e fortalecer a cultura afro-brasileira, por meio de ações formativas, artísticas e comunitárias. O espaço funciona como polo de referência para artistas e produtores culturais da região, oferecendo oficinas, mostras e atividades abertas ao público. O Instituto tem recorrido a editais públicos como forma de manter sua estrutura e garantir a continuidade das ações, destacando-se como beneficiário do programa “Zonas de Cultura – Porto e Pequena África”. Contudo, enfrenta entraves relacionados à instabilidade de financiamento, à limitação dos valores repassados e à burocracia do acesso aos recursos. Sua atuação, anterior ao próprio projeto Porto Maravilha, revela a importância das organizações culturais periféricas como agentes de resistência e permanência da cultura negra no território.

Thiago Soares Viana, coordenador do Casarão Cultural João de Alabá, morou no Morro da Providência e da Conceição, na região portuária, e começou no teatro na adolescência. Profissionalizou-se na área do teatro e produção cultural e, por volta de 2006, conheceu o Instituto Pretos Novos (IPN), onde começou a se envolver nas ações culturais da instituição. Alguns anos depois de afastado da região, retorna para morar no Morro da Conceição em 2012 e é avisado por membros do IPN sobre os projetos anunciados para a região da zona portuária. Os relatos de Thiago, a seguir, trazem uma importante trajetória de como ocorrem propostas e submissões aos diversos editais, bem como as dificuldades encontradas pelos proponentes:

[...] ela falou que estava tendo uma revitalização na região portuária, que era bom ficar ligado na parte cultural, que ia ter uma verba destinada pra isso, né?. [...] Aí começou a ter o Condomínio Cultural, né? Alguns grupos e coletivos da região começaram a se organizar e as reuniões eram no IPN. Lembro que tava, é, Armazém das Artes, Companhia e Mistérios, Casa Porto, enfim, vários agentes culturais, se reunindo ali no IPN. [...] A fim de... entrar nesse bolo aí da, do capital privado, aí né? público-privado. (VIANA, 2023)

Com o *Prêmio Porto Maravilha Cultural*⁴⁵, lançado em 2013 a partir de edital⁴⁶, a proposta inicial de Thiago era fazer alguns saraus na biblioteca do IPN. Ele complementa:

[...] Mas a Mercedes ia começar a fazer o Circuito de Herança Africana. E aí foi um momento que ela sugeriu que a gente fizesse algumas cenas, alguns atos de memória desse, desse território com algumas contribuições. [...] enfim, enquadrámos lá no edital, que levou no último dia, no último momento [...], chegamos lá, um projeto impresso em papel cartão e tudo, né? A gente até investiu em impressão a laser e caramba, queria impressionar e tudo. (VIANA, 2023)

Na época, com a criação do Decreto municipal 34.803/2011, que instaurou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e as recentes obras na região, “[...] tava tudo aqui bem novinho, assim, o jardim bem novinho, o cais bem conservado, [...] umas intervenções, a região estava bem nova” (VIANA, 2023).

Em 2014, o projeto *Histórias Afro-Brasileiras, Cenas itinerantes ano I*, apresentado por Thiago, foi contemplado no edital (prêmio) e recebeu recursos para a sua realização. O projeto, na etapa de pré-produção, realizou o processo de pesquisa, identificação dos espaços, concebendo o roteiro, ensaios na Cooperativa (Maurício Hora). Os atos cênicos foram realizados em diversos pontos da Pequena África, dentre eles a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo e o Observatório do Valongo. Esse mesmo projeto recebeu investimento do Sesc e o coletivo se chamava, nessa época, Periferia Cena Portuária.

[...] De 2014, foi a melhor safra. Em 2015 já começou a dar uma despencada, assim. [...] Em 2016 fizemos a manter uma coisa que não era mais no circuito, mas uma coisa de rua, a gente fazia roda e fizemos no Boulevard. Aí depois ficava fazendo uns atos, o Quilombo da Pedra do Sal, ali na Pedra do Sal mesmo. [...] Eu, eu senti que eu tava me esforçando muito pra trabalhar em coletivo, em grupo. (VIANA, 2023)

⁴⁵ O *Prêmio Porto Maravilha Cultural* selecionou 34 projetos culturais para serem premiados, entre 206 concorrentes. A parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e o Porto Maravilha Cultural premiou projetos de pessoas físicas e jurídicas desenvolvidos na Região Portuária do Rio de Janeiro. A seguir a lista de projetos contemplados pelo Prêmio Porto Maravilha Cultural: <https://www.ccpa.rio/noticias/21168/>

⁴⁶

<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/31984144-b5d8-42f6-b944-26345a820727/f5e71356-f432-4247-913c-9246e2a2d3fb?origin=2>.

Em 2017, elaborou-se o Projeto Libertador⁴⁷, realizado nos seguintes espaços da Zona Portuária: Centro Cultural José Bonifácio, Museu Mar, Jardim Suspenso do Valongo e Caramachão, na Ilha de Paquetá. Sobre o projeto, Thiago acrescenta:

[...] Tinha os elementos da religiosidade na cena, no cenário. A cena falava em si, era uma coisa, esse corte de fazer na rua, eu achava sinistro fazer. Eu tinha medo de fazer assim, de tomar um tiro, uma pedrada, sei lá. Talvez eu tivesse vindo desse lugar de, de, de apedrejamento, de, de evangélico e da, dos terreiros, que, né, violações, enfim, tinha um certo receio. [...] Isso com R\$10 mil só pra montar, o resto é só, só a bilheteria. Se vira, é. (VIANA, 2023)

Em 2018, Thiago e seu coletivo realizaram um projeto para o VLT, através da intermediação da Artefato, uma empresa envolvida com atividades diversas, não necessariamente culturais:

[...]E eles queriam que a gente montasse uma coisa educacional pra rodar algumas escolas na região portuária. [...] E aí a gente montou o infantil Pé De Moleque nos Trilhos da Arqueologia [...]E aí a gente levou essa peça para as escolas na região. [...]contava a história de um menino, que descobre através da arqueologia, por um portal que voltava nos tempos coloniais e ficava mudando as histórias. [...] Então, aquela coisa da educação que a gente recebeu nas escolas, que foi contada de uma forma embranquecida, e ele começa a contar numa visão negra. Ele começa a mudar nesses períodos históricos, ele virou um super-herói e vai conhecendo alguns personagens históricos negros. (VIANA, 2023)

Com a pandemia, Thiago realizou alguns eventos online e se afastou da área da cultura para buscar outra fonte de renda. Depois, ficou desempregado, o que, para ele, revelava um cenário de precariedade para a área das artes. Após esse período, retornou com suas ações realizando reuniões com outros atores locais em sua casa no Morro da Conceição com o objetivo de criar um espaço cultural. Em parceria com o restaurante Bafo da Prainha, criou uma peça num beco próximo:

[...] Aí tinha texto, violão, cavaco, música. [...], aí ficamos um pouco, uns tempos assim. Aí ele não aguentou segurar na grana e tal, e paramos ali. Enfim, foi o corte ali. [...] Eu adoro trabalhar isso, que é coisa do espaço público, sabe? O espaço do logradouro, com as coisas e com a rua. (VIANA, 2023)

47

<https://www.geledes.org.br/no-mes-da-consciencia-negra-performance-homenageia-abdias-nascimento/>

Em dezembro de 2021, Thiago formaliza o Instituto Cena Portuária, uma vez que alguns editais não consideram a trajetória dos proponentes para concorrer, privilegiando atores que tenham CNPJ. Neste ano, assume a gestão do Centro Cultural João de Alabá no Jardim Suspenso do Valongo (Figura 7). Segundo Thiago, a última gestão:

[...] teve umas, umas questões, alguns problemas ligados à ordem pública ou ligado à situação de pessoas de rua, de vulnerabilidade e tal, e aconteceu algumas coisas[...] E ela acabou que meio desistindo de dar continuidade aqui no espaço. [...] na parceria com o município, você assume o local e você assume os gastos.

[...] deixamos de ser MEI para virar uma ONG e aí entramos no comitê gestor do Cais do Valongo, que fazem parte várias organizações aqui da região. [...] Fizemos uma parceria e a gente não tinha grana assim, não tinha zero de grana, nossa! O nosso CNPJ foi até pago com a abertura, foi pago pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO)⁴⁸: [...] os parceiros lá eles pagaram o advogado, que ajudou a gente na criação do Instituto, como advogado.

[...] Aí começaram os guias [...] a gente tava com uma campanha para arrumar dinheiro para financiar a obra dentro da casa interna, pintura, umas coisas, comprar material. E aí começaram a fazer doações. Aí eu botei uma fotinha e tinha um QR code [...] as pessoas começaram a contribuir. Em 2024, já consegui financiamentos de alguns outros editais. A gente tá conseguindo Jardim através do, do edital do, do estado, né, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, o João ganhou um outro para fazer [...] fomento direto, aquisição de espaços de cinema. O Cine Jardim, a gente tá conseguindo montar a nossa estrutura. (VIANA, 2023)

As dificuldades apresentadas para manter os diversos espaços e projetos em funcionamento são evidenciadas ao longo do relato deste produtor, uma vez que os editais parecem preferir entidades profissionalizadas em detrimento dos produtores culturais existentes na região. É o que se pode ver pelos relatos a seguir:

[...] temos um projeto do PAC habilitado, mas não está contemplado. A gente vai tentar atrás de emendas alguma coisa...É isso. Assim é, é o dia a dia. Hoje a gente tem a Célia trabalhando junto com a gente aqui, trabalha aqui terça, quintas, é terça, quinta e sábado não. (VIANA, 2023)

Os desafios são contínuos, mesmo quando os serviços usuais que outras regiões da cidade recebem normalmente, não ocorrem da mesma forma na região estudada. Serviços como coleta e manutenção têm que ser solicitados pela gestão do local que acaba por se sentir abandonada à própria sorte:

[...] a gente chama COMLURB pra fazer, a Rio Luz também tá chegando junto, tava com os fios expostos e agora a gente tá tentando acionara Guarda Municipal. Quando eles vêm aqui também, mas tentar, mas que eles fiquem mais presentes pra inibir assim a galera de situação de rua, porque a gente acaba tendo essa coisa da rua, invadindo um pouco mais assim, sabe? E tendo um, [...] uso de drogas mais pesadas, né? E à noite, o portão, o lado do Jardim fica aberto, fica aberto, então... (VIANA, 2023)

Outra dificuldade enfrentada ocorre com relação aos temas propostos que não coincidem com as demandas do mercado. Isso acaba por dificultar o acesso aos patrocinadores de projetos como, por exemplo, via edital do Imposto sobre Serviços (ISS) do Rio. O produtor consegue se habilitar para captar o recurso, mas, na fase da captação de recursos com possíveis patrocinadores não obtém retorno das empresas.

[...] Não, ISS não. Ainda mais com coisas afros assim. É bem, bem, bem complexo. Assim, achar empresas que querem investir nessa, nessa questão. E enfim, é isso, é mandar e-mail e esperar. A L'Oréal pode patrocinar, mas é isso...Essas empresas gigantescas, você não acessa. (VIANA, 2023)

A falta de acesso a recursos ou a existência de políticas públicas que permitam a continuidade de projetos por produtores da região acaba por privilegiar os mesmos produtores, reduzindo a capacidade de profissionalização de um número maior de produtores. O trecho a seguir evidencia a relevância de recursos contínuos para este perfil de produtores:

[...] Então a gente precisa começar a pensar em mais coisas agora pra captar, pra mesmo, pra que seja para esse projeto, sabe? Ele cresce mais, porque, quanto mais você tiver de investimento, mais o seu evento fica melhor, entendeu? Mais o público acessa, mais, mais. Mais estrutura, mais qualidade, mais conforto, né? Ficamos bem mais legal assim. Conseguimos mudar mais, zelar mais pelo trabalho, né? Pagar melhor os profissionais, enfim.

[...]Cara, com o Eduardo Paes, tem que falar, né? Como prefeito, é isso aqui é um, é um, é um é... Foi parado assim, no outro, tipo, governo foi parado, né? Continuidade que o outro governo não, não deu continuidade. É, mas o prefeito, ele deu um olhar pra essa região... Ele sabe que aqui...É um filé mignon.

[...] Às vezes, o que eles têm é só promessa, promessa, promessa...E acontece que a gente acaba atrás dos editais fazendo, a gente vai tentando tudo. A gente não fecha as portas, mas fica lá [...] Às vezes articulando, mas não chega, sabe? Pode chegar pra outras instituições, alguma forma, alguns programas. Tem que ser do interesse também deles e interesse público, né, de acontecer? Mas por enquanto a gente não tem acessado essas outras formas de recurso, entendeu? [...] ou que seja nenhum recurso [...], manutenção, alguma coisa. [...] (VIANA, 2023)

Figura 7 - Exposição no Jardim Suspenso do Valongo (Casarão Cultural João de Alabá- Instituto Cena Portuária).



Fonte: Arquivo do Instituto Cena Portuária.

4.3 Rolé dos Favelados

O coletivo Rolé dos Favelados atua com turismo de base comunitária e comunicação periférica, oferecendo roteiros críticos e afetivos por pontos históricos da cidade, com ênfase na Pequena África. Seu trabalho é fundamentado na valorização da memória negra e na desconstrução das narrativas oficiais sobre o centro do Rio de Janeiro, especialmente aquelas produzidas a partir da lógica da revitalização excludente. Os roteiros incluem espaços como a Pedra do Sal, o Morro da Providência e o Cais do Valongo, articulando história, identidade e resistência cultural. Ainda que tenha participado pontualmente de programas públicos de fomento, o coletivo se mantém principalmente com recursos próprios e colaborações diretas com instituições parceiras. A ausência de políticas estruturantes voltadas ao turismo cultural antirracista compromete a sustentabilidade de iniciativas como essa, que operam em constante tensão com os processos de gentrificação e apagamento simbólico promovidos pela lógica de mercado.

Cosme Felippsen (Idealizador do Rolé dos Favelados) é morador do Morro da Providência e guia de turismo na zona portuária. Como ativista, destaca sua atuação nas lutas pelas causas sociais da região conforme pode ser destacado no trecho a seguir:

[...] a Universidade UniRio diz que o Rolé dos Favelados é o primeiro guiamento de militância do Brasil. [...] Porque a gente não se detém só a falar da história, da cultura e da geografia, [...] eu trago esse contexto recente, de 15 anos pra cá, de como era a região portuária e como ela está hoje, qual era a intenção que ela estivesse...Então, eu sou o único guia da região portuária que mora e que também é ativo nas questões sociais aqui do território. (FELIPPSSEN, 2023)

Dentre as questões sociais urgentes, ele destaca a contradição da prefeitura que, por um lado, demonstra interesse por um projeto de valorização e que, de outro lado, acaba por não cumprir com os serviços sociais básicos, como apontado previamente em entrevista anterior com Thiago e que também é objeto de reclamação de Cosme:

[...] Eu acho que nesse momento, a Pequena África, Saúde, Gamboa e Santo Cristo tem recebido um pouco mais de atenção da parte da prefeitura por um projeto de valorização [...] tá tendo muito investimento ali, tá tendo muita cultura, mas quem tá aqui, também vê que na verdade não é isso tudo assim. Parece que há uma vontade, que há um interesse, que há um olhar

para cá, mas quem caminha por aqui ainda vê o quanto esse lugar necessita de mais cultura, saúde, educação e saneamento básico. Se esse lugar que se quer colocar como um lugar de transformação, de melhoramento, a prefeitura precisa fazer ainda muita, muita coisa. (FELIPPSEN, 2023)

O relato a seguir corrobora para o que se pontua neste trabalho, no que se refere à atenção dada para o potencial turístico desta região em detrimento das condições básicas de infraestrutura para a população residente na zona portuária:

[...] Temos equipamentos culturais aqui importantíssimos, mas que ainda a população mais pobre da região não se vê utilizando esse serviço. Apesar desses equipamentos culturais se abrirem para a população mais pobre, a gente vê, ainda assim, mais intelectuais, os mais artísticos se aproximando do que a população no geral que mora, né? Tem gente que vem de outras regiões do Rio de Janeiro, vem de outros lugares, de outros países e acessam os museus, né, as Exposições.

[...] Me lembro que na época do início do Porto Maravilha...Tinha aquele dinheiro lá no CEPACs que eram esses títulos que foram vendidos. Foram mais de 8 bilhões de reais... E existiu uma história que 3% dessa verba teria que ser destinada para cultura da região portuária. E aí, eu não sei se ainda *tavam* pesquisando, *tavam* tentando entender as coisas, teve uma reunião...É, num espaço aqui da região portuária, puxada pela CDURP com atores locais. E teve muito, muito debate, muita discussão sobre isso. Os atores locais não estavam satisfeitos...Com a abrangência do edital, que o edital, ele deixava pessoas que não são da região, que não atuam na região... (FELIPPSEN, 2023)

Sobre seu olhar para as políticas culturais da região e realização de ações comerciais, a necessidade de formalização do projeto coincide com os depoimentos dos demais entrevistados, o que sugere a importância de um novo olhar por parte dos gestores públicos para os editais previstos para aquela região:

[...] Eu agora tenho um CNPJ, faz uns 4 anos. Mas, antes, quando não tinha...Eu pegava emprestado o CNPJ de algum conhecido. Se não tivesse CNPJ, não dava pra realizar. (FELIPPSEN, 2023)

Além de ter o projeto formalizado, outro desafio é a inscrição em editais e processos seletivos para conseguir fomento. O processo de inscrição acaba por se tornar excludente com quem realmente precisa acessar o financiamento para a região:

[...]o acesso ao dinheiro são para os mais qualificados e que escrevem bem, os que têm articulações, ...isso acaba cortando uma série de pessoas que não estão nessa afinação[...] é muito seletivo e acaba sendo uma seleção que deixa de fora os que mais precisam. (FELIPPSEN, 2023)

Para se ter uma dimensão dos problemas enfrentados pelos produtores locais, como exemplo, pode ser mencionado o *Programa Zonas de Cultura* que, sozinho, inclui três tipos de editais⁴⁹, são eles: ações culturais, calendário cultural e intercâmbio cultural. Cosme relata suas dificuldades neste programa:

[...] Ano passado eu me inscrevi no edital...E até fui selecionado [...] na Secretaria Municipal de Cultura. Que era destinado para região portuária, que era um edital...era pra Madureira, Santa Cruz e Pequena África. E eu fiquei na trave, não passei. O outro, que era intercâmbio de escolas, eu passei, mas acabou que eu não consegui realizar porque *tava* com muita burocracia, tinha um prazo muito curto para realizar. Enfim, acabou que eu não consegui realizar e tinha uma verba bem pequena.
[...] Então, quem inscreveu foi uma conhecida minha lá de Santa Cruz que tem mais habilidade em se inscrever em edital [...] ela que inscreveu pra mim, porque eu não tenho essa habilidade. Eu, eu deveria me dedicar mais tempo pra parar, inscrever [...] Eu me inscrevi, acho que, em 3, é... em 3 modalidades diferentes. (FELIPPSEN, 2023)

Os desafios para os diferentes produtores culturais guardam semelhanças entre si. Depende pouco da capacitação que lhes é proporcionada pela prefeitura e muito da sua formação acadêmica anterior, da habilidade de escrita e até da existência de um CNPJ como condições essenciais para obtenção do êxito. Isso tudo sem mencionar os valores de custeio insuficientes para a execução dos projetos:

[...] o Thiago do Casarão Alabá se inscreveu também...passou, mas ele usou meu CNPJ pra inscrever um outro projeto dele que se correlacionava com o meu. Ele ia inserir os passeios guiados dentro do mesmo projeto que era um pequeno festival...Ali no Jardim Suspenso, o Valongo, com visitas guiadas. Aí, a gente ficou na trave também. (FELIPPSEN, 2023)

Com o resultado final do edital “Calendário Cultural - Zona De Cultura Festivais”⁵⁰, foi possível identificar que os vencedores dessa categoria (festivais) eram instituições de maior porte e mais consolidadas, evidenciando as dificuldades já mencionadas de produtores locais de acessarem recursos de maior vulto, neste caso de R\$ 200 mil.

Uma outra forma de se verificar os desafios enfrentados se dá também quando a iniciativa de financiar projetos é protagonizada por atores privados como a

⁴⁹ Lista de Editais para a Zona de Cultura Porto e Pequena África: <https://www.fetaerj.com/acoesculturais-portoepequena%C3%A1frica>

⁵⁰ Resultado do edital: https://www.fetaerj.com/files/ugd/0acbc6_3abfd959580e4b5a82a6e79e76ac15e0.pdf

Cury Construtora, que desenvolve empreendimentos imobiliários na região objeto do estudo. No site⁵¹ da construtora há registros de ações na área cultural e menciona um edital denominado “Edital Pequena África”. A construtora é mencionada pelo entrevistado, uma vez que as pequenas verbas de custeio são restritas a instituições com CNPJ, mas não viabilizadas para microempreendedores individuais (MEI):

[...] Teve um que eu pensei em me inscrever, que era da Cury...ela disse que ia abrir pra MEI, mas só abriu pra instituição. E que eles iam selecionar 10 projetos na região pra fazer uma ação, 10 mil reais. Pessoal tava criticando, falando, que a Cury... vem pra cá com muita verba, mas... Enfim, foi dessa forma. (FELIPSEN, 2023)

Uma forma de contornar essas dificuldades é através das parcerias entre os produtores, com a constituição de parcerias que conferem menor ganho ao parceiro, mas possibilita algum ganho financeiro, ainda que pequeno:

[...] Mas eu participo de vários projetos que as pessoas inscrevem editais. Ou e..., como é que é, ISS... Lei de Incentivo à Cultura... as pessoas incluem meu rolê, meu passeio ou uma palestra minha. [...] você faz pela parceria...Eu não tenho tempo e costume de acessar os editais agora. (FELIPSEN, 2023)

As parcerias também ocorrem mesmo quando não há verbas específicas, ou ainda quando, ao invés de recursos financeiros, doações de itens diversos, como foi no caso da pandemia, em que as ações de informação foram desenvolvidas e praticadas pelos produtores locais sem qualquer apoio da gestão pública das diversas esferas e de empresas privadas:

[...] Mas tudo que a gente fez na pandemia, a gente inscreveu no edital da Fiocruz. Mas aí foi através de uma outra instituição, um outro CNPJ. Mas eu era um dos coordenadores do SOS Providência⁵², e a gente ganhou um edital de quase 300 mil reais...pra distribuição de cestas, fazer um censo da Providência... entre outras ações que foram feitas. (FELIPSEN, 2023)

Os obstáculos parecem surgir nas mais diversas frentes. Não só a falta de apoio já mencionada da gestão pública, mas também a inexistência de servidores que sejam referência para o setor cultural acaba por constituir um desafio por si só. Isso se torna ainda mais grave em função das trocas naturais entre os gestores do

⁵¹ <https://cury.net/sobre-a-cury/acoes-porto-maravilha>.

⁵² https://wikifavelas.com.br/index.php/Censo_popular_automapeamento_e_cartografia_social_da_Provid%C3%Aancia

setor, seja em função das eleições a cada 4 anos, seja pela busca de apoio político que possibilite a governabilidade:

[...] No Centro Cultural José Bonifácio, o MUHCAB, por exemplo, desde que começou essa transformação da região portuária eu já conhecia uns quatro, cinco diretores, você vê que é uma rotatividade muito grande de pessoas. E aí também nossa secretaria de cultura, passavam as pessoas, não existem mecanismos que de fato se estabeleçam. Então a gente fica muito refém da gestão, se a gestão muda, muda a política de financiamento, a política de apoio. Na época do Crivella, nem se fala, ela não só mudou como ela desapareceu, então a gente fica muito refém da politicagem, da gestão das pessoas né? Não existe uma proteção, mecanismo que proteja e que permaneça ao longo dos tempos, o apoio à cultura, o fomento. (FELIPSEN, 2023)

Figura 8 - Rolé dos Favelados.



Fonte: Chatelier (2017).

4.4 Instituto entre o Céu e a Favela

O Instituto Entre o Céu e a Favela é uma organização da sociedade civil localizada na região da Pequena África, que desenvolve ações voltadas à formação artística e à valorização da cultura negra e periférica. Seu trabalho envolve atividades educativas, festivais e projetos de capacitação para jovens artistas, com foco na inclusão social. O Instituto atua de forma articulada com outros coletivos e movimentos locais, promovendo redes e parcerias no território. Apesar de ter acessado políticas públicas culturais em determinadas ocasiões, como o edital

“Zonas de Cultura”, sua existência ainda depende fortemente da captação de recursos via leis de incentivo e investimento privado.

Fabiano França Andrade, Gerente do Instituto Entre o Céu e a Favela (Figura 9), localizada na Ladeira do Faria, 88 - Morro da Providência, representou a fundadora Cintia Santana, que nasceu e foi criada no Morro da Providência. A organização iniciou sua trajetória na área do teatro, uma vez que ela é atriz, além de gerar um informativo mensal de notícias, contendo serviços e as histórias do Morro da Providência. Desde o ano de 2020, o projeto se formalizou como Instituto, realizando qualificação profissional para jovens e adultos e oficinas socioculturais e esportivas, além de oficinas para crianças.

[...] O nosso CNPJ é de 2021...antes a gente usava um outro CNPJ [...] não ter o CNPJ era um impeditivo, porque a gente sabe que as organizações querem a prestação de contas. Eles querem ter um acompanhamento que tá sendo feito e sem CNPJ fazer esse processo de prestação de contas é muito difícil...a gente Sim já foi recusado em alguns editais e mesmo tendo um CNPJ que não era como o nome do Instituto. Somos uma organização sem fins lucrativos. (ANDRADE, 2023)

A profissionalização produtora cultural, fundadora do instituto, é evidenciada pelos temas escolhidos ao longo dos anos como forma de atrair empresas interessadas em disponibilizar recursos para seus projetos, uma vez que ela compreende a importância de haver um encontro entre aquilo que a produtora deseja gerar e aquilo que as empresas desejam financiar:

[...] No ano passado, trabalhamos com um foco na empregabilidade. Então temos um setor que cuida e se relaciona diretamente com empresas, para que elas tragam vagas de emprego e a gente encaminha essas pessoas muitas vezes. A gente faz currículo, acompanha a entrevista, para poder explicar como se comportar, como fazer o currículo [...] então é legal por ter um processo de crescimento gradativo, a gente tem uma meta até o final. Acredito que a gente vai conseguir, além de formar e dar dignidade às pessoas...conseguir colocá-las no mercado de trabalho novamente ou pela primeira vez, né? (ANDRADE, 2023)

Um outro edital que é ofertado para as organizações que possuem CNPJ é o Edital do Produtor Cultural,⁵³ proporcionado pela prefeitura do Rio de Janeiro através da lei de incentivo, com a utilização de parte dos impostos sobre serviços (ISS). Os produtores culturais inscrevem-se, buscam habilitação e, depois, têm de conseguir

⁵³ Este edital se refere ao fomento indireto para produtores culturais: <https://www.rio.rj.gov.br/web/smc/fomento-indireto>

empresas que direcionam esses valores para os seus projetos. O problema é que, uma vez que a empresa coloca a sua logomarca nessa produção cultural, acabam por selecionar apenas os projetos que tenham impacto no seu público-alvo. Essa fonte de receita é aproveitada pelo Instituto Entre o Céu e a Favela:

[...] A gente sempre se inscreve e tenta alinhar tudo de maneira que o projeto ocorra com o valor que a gente vai receber... a gente faz planejamento e coloca todos os projetos que a gente tem. A gente acompanha e faz tudo certinho para que não saia do nosso orçamento e não tenha outros custos fora. A gente tem que pensar que tem um planejamento que tem que ser cumprido e dentro do planejamento tem o orçamento. Pra dar certo, a gente diminui a atividade, ou tira uma semana. (ANDRADE, 2023)

Como os editais relativos ao incentivo cultural que utilizam o ISS ocorrem no ano anterior, é fundamental que o produtor cultural tenha uma capacidade de organização e planejamento que, se de um lado ajudam na conquista de verbas, de outro, acaba sendo a razão pela qual poucos produtores conseguem se profissionalizar. E essa profissionalização só faz aumentar o aprendizado de quem submete os projetos, levando a um círculo virtuoso, restrito a poucos que acabam por deter o conhecimento especializado. Aqueles que conseguem acessar os recursos advindos da Lei do ISS, acabam por criar uma estrutura que lhes habilita a captar outras fontes de recursos. São os mesmos vencedores, o que reduz a diversidade de propostas e o número de produtores culturais contemplados.

[...] Esse ano, a gente já aprovou 2025[...] geralmente no ano anterior, eu sempre aprovo o ano que vai acontecer. [...] é recorrente, porque eu faço isso desde 2020...mas depois tem a fase de captação. Tem a Amil e a prefeitura que ajudou nesse processo. (ANDRADE, 2023)

As dificuldades para os produtores locais ocorrem de diversas formas. Os próprios moradores desconhecem os diversos equipamentos de cultura de sua região, o que acaba sendo mais um desafio:

[...] Estamos tendo um grande avanço na região na questão da cultura. Então e nessa parte aqui realmente a gente é rico de Cultura. Tem muita coisa que volta, MUHCAB, Pequena África, né? Vários lugares aqui. Tem museu da manhã [...] se a gente não juntar essas pessoas, porque, às vezes, a pessoa mora no Morro da Providência, mas não sabe que descendo, vai ter acesso ao MUHCAB, ao Museu do Amanhã, ao Banco do Brasil. Precisa pegar e mostrar os lugares para que elas tenham acesso a um pouco da história do território em que elas moram...porque tem pessoas

que nasceram no Morro da Providência e não conhecem a história do Morro. (ANDRADE, 2023)

Uma característica desta instituição é o trabalho de conscientização racial que deveria ser trabalhado nas escolas municipais, o que talvez não ocorra, uma vez que, conforme mencionado antes, os moradores parecem desconhecer a importância histórica da região em que vivem:

[...] O nosso foco em todas as nossas atividades é sempre a questão racial... sempre trabalha isso com as crianças jovens adolescentes e adultos [...] a gente tem percebido muito movimento aqui em volta trazendo atividades e ações sobre a questão racial. (ANDRADE, 2023)

Ao contrário dos demais entrevistados, a produtora cultural conseguiu profissionalizar-se e estabelecer contratos com empresas de maior porte, inclusive graças à rede de relacionamentos que foi construindo ao longo de todo o processo:

[...] Em relação às empresas, a gente conseguiu agora acessar algumas que nos possibilitaram algumas parcerias como a L'Oréal que é aqui do lado, né? A gente também tem muito contato com a Cury Construtora que está construindo agora os prédios, ali perto da rodoviária e inclusive eles fizeram o salão de beleza que a gente faz atividade com as mulheres, né? E os cursos de qualificação profissional, [...] contato direto da nossa Presidente do Instituto com o diretor da Cury. (ANDRADE, 2023)

Existem vários perfis de produtores culturais na região e, ao que parece, alguns se profissionalizaram ao longo dos anos buscando oferecer temas que sejam os mais relevantes para possíveis patrocinadores. Isso, por vezes, faz parecer que alguns conseguem patrocínios mais do que outros, quando, na verdade, os profissionais que se profissionalizaram, perceberam que existe uma demanda do mercado para esse tipo de ação. Enquanto isso, outros querem fazer algo mais, mesmo quando não encontram retornos de possíveis patrocinadores.

Figura 9 - Sede do Instituto entre o Céu e a Favela.



Fonte: Costa (2022).

As quatro experiências investigadas – a Secretaria Municipal de Cultura, o Casarão Cultural João de Alabá (Instituto Cena Portuária), o coletivo Rolé dos Favelados e o Instituto Entre o Céu e a Favela – revelam dinâmicas distintas, mas profundamente interligadas, de produção e disputa cultural na região da Pequena África. A escolha dessas organizações e agentes não se deu apenas por sua atuação territorial, mas por evidenciarem, em suas práticas, os efeitos concretos da lógica neoliberal sobre as políticas culturais urbanas. Ainda que a SMC figure como ator governamental responsável pela implementação de editais e ações no território, os demais agentes operam sob condições estruturais de precariedade, pressionados por exigências de formalização, competitividade e produtividade cultural — traços característicos do que autores como Harvey (1996) e Telles (2015) identificam como expressão do empresariamento urbano e da gestão neoliberal da cidade.

Essas iniciativas também evidenciam como o discurso do empreendedorismo é instrumentalizado para justificar a desresponsabilização do Estado em garantir políticas públicas continuadas. A cultura, nesse contexto, deixa de ser um direito e

passa a ser tratada como ativo estratégico para requalificação urbana, submetendo coletivos negros a dinâmicas de mercado em um território cada vez mais apropriado por lógicas de valorização imobiliária e turística. Como discutido ao longo desta dissertação, o branqueamento do território — entendido aqui não apenas como mudança demográfica ou simbólica, mas como reconfiguração das condições de permanência da população negra — se realiza também na esfera das políticas culturais. Os grupos estudados, apesar de resistirem, são frequentemente incorporados como ornamento ou exceção, operando em editais instáveis, de curto prazo, e sem garantia de continuidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano do Rio de Janeiro vem experimentando, ao longo dos séculos, uma alteração significativa das populações que originalmente ocupavam determinados espaços, ocorrendo a primeira grande intervenção urbana por iniciativa do Prefeito Pereira Passos (1902 – 1906). Não tem sido diferente com a região da zona portuária da cidade que, diante da reestruturação econômica e financeira dos diversos empreendimentos imobiliários tem experimentado a expulsão das populações e a elevação dos preços do metro quadrado (m²).

Essa observação coincide com os estudos sobre o empresariamento urbano (HARVEY, 1996; VAINER, 2013), uma vez que o modo de governança administrativa das cidades e as estratégias usadas acabam por privilegiar certas áreas e classes sociais. É o caso bem representado pelo desenvolvimento das PPPs, no qual o Estado aposta em incentivos fiscais para empresas se instalarem na região portuária através de empreendimentos especulativos e obras de reestruturação urbana.

Ao adotar tal conduta, a prefeitura promove um espaço propício à realização dos negócios para grandes empresas e atrai um novo público para o consumo e turismo na região, privilegiando iniciativas rentáveis em detrimento das necessidades dos moradores e agentes sociais da região. A implantação de novos atrativos culturais na região, tais como o Museu do Amanhã, inaugurado em 2015, e o Museu de Arte do Rio, inaugurado em 2013, dentre outros, gerou uma expectativa junto aos produtores locais quanto aos investimentos na área cultural da região. Ambos os museus mencionados acima receberam vultosos investimentos para sua manutenção, amparados por leis de incentivos fiscais de diferentes esferas, mas não foi o que se deu para os produtores culturais localizados na Pequena África.

Paradoxalmente, a prefeitura do Rio de Janeiro, quando utiliza seus instrumentos de gestão como o planejamento estratégico (2021-2024), indica a implantação de cotas no fomento direto para agentes culturais do território da Pequena África. O paradoxo está exatamente na inexistência de cotas raciais para acesso ao fomento direto, como se fosse possível descascar a importância dos produtores negros para a realização de atividades que reconheçam a cultura negra tal qual está previsto no referido planejamento estratégico.

Tais cotas são fundamentais, dado que os produtores culturais negros competem com produtores majoritariamente brancos que, não raro, já estão

consolidados no mercado, além de terem tido acesso à formação acadêmica de melhor qualidade. Isso, por si só, facilita, por exemplo, a própria escrita do projeto a ser submetido. A consequência natural da ausência das cotas raciais é o branqueamento das ações culturais e a redução do espaço de trabalho para os produtores negros locais.

Sendo assim, acabam por restar poucas alternativas de trabalho para estes produtores. Quando não acabam trabalhando em parcerias entre si, implicando em ganhos individuais menores, submetem-se a trabalhos distintos e que pouco tem a ver com a cultura e, ainda menos, com atividades que promovam a conscientização e o fortalecimento da agenda da igualdade racial na cidade, conforme estabelecido no planejamento estratégico. Fala-se em empreendedorismo nestes casos, mas o que há é a exclusão forçada. Outra faceta pior, diante do acesso restrito a recursos, é a concorrência que acaba por se dar de forma predatória entre eles, deixando-os ainda mais enfraquecidos e expostos à égide do mercado. Esse processo predatório atende sobretudo aos detentores do poder que, graças a uma relação assimétrica, criam obstáculos diversos de forma a disciplinar os envolvidos na área cultural daquela região, deixando-os sem escolha. Ou se submetem àquilo que lhes é determinado numa relação exploratória ou são expurgados do seu próprio meio, como bem definiu Telles (2015).

Os dados coletados ao longo do estudo sugerem que as empresas acabam por auferir a maior parte dos incentivos e por consequência dos lucros, incluindo o da própria marca, relegando aos produtores locais aquilo que Lira (1999) destacou em seu estudo: os habitantes locais acabam por serem folclorizados em um lugar que deveria ser seu. Ao invés disso, suas tradições, histórias e manifestações culturais são alteradas para se adequarem àquilo que deles esperam o público de classe média, para quem palcos e vitrines são montados. Da forma como está posto, a promoção da cultura negra ocorre dentro de uma perspectiva mercantilizada e não protagonizada por quem é de fato e de direito o dono desta história, o produtor negro local.

Se, por um lado, há um salto qualitativo na qualificação profissional de uns poucos produtores que desenvolvem as habilidades necessárias, ou são capazes de contratar alguém que elabore os projetos, de outro, deve-se destacar que isso acaba por dificultar a emergência de outros coletivos, com suas diferentes histórias a contar e a resgatar. Por razões acadêmicas e históricas, aquilo que se deseja

reduzir, a desigualdade, acaba por se refletir na incapacidade em competir de tais coletivos face à falta de estrutura que os cerca.

É preciso assumir que existe uma lacuna entre aquilo que se espera que os participantes sejam capazes de realizar após a capacitação ofertada e aquilo que, de fato, essas pessoas sejam capazes de entregar. Para estarem realmente prontas para se enquadrarem nesse sistema, é necessário acompanhar todo o processo de construção dos projetos até o momento de desenvolvimento, para que esses coletivos consigam atingir o protagonismo, fazer sozinhos, além de contar com autonomia financeira para incluir outras pessoas nesse processo. Contar com alguém ou uma OS que os auxilie a escrever o projeto respeitando os desejos e história de cada coletivo? As barreiras a transpor são imensas e não se limitam à escrita, mas abrangem também o orçamento e os diversos sistemas de inscrições vigentes.

Essa perspectiva mercantilizada que supõe que a capacitação oferecida basta para igualar os diversos atores aparece inclusive durante as entrevistas realizadas. Os entrevistados mencionam que recebem capacitação da gestão municipal para elaborar e submeter projetos, mas ainda assim apresentam dificuldades em fazê-lo. Não são levadas em consideração as desigualdades históricas, dentre elas o acesso à educação formal de qualidade, o que sugere que as capacitações, da forma como são propostas, guardam semelhança com as linhas de produção industrial, nas quais cada operário faz apenas uma pequena parte de uma atividade maior, separando as funções de planejamento e execução. Nelas, não se pensa, apenas executa-se. Se houvesse uma preocupação real em envolver os produtores locais, deveria haver um acompanhamento mais longo e em mais de um projeto que não fosse tão restrito e competitivo. Dos três produtores entrevistados, por exemplo, apenas um consegue submeter projetos e parece fazê-lo com sucesso, porque compreendeu o que as empresas e o próprio mercado desejam. Em síntese, produz aquilo que vende, atendendo à lógica mercantilista vigente e não necessariamente aquilo que gostaria de realizar.

Um exemplo que sintetiza tudo isso é o Projeto Porto Maravilha, resultante das intervenções realizadas na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Mais uma vez citando Santos (2009), é o branqueamento do território ocorrendo através do empresariamento urbano, que transforma o espaço das cidades em uma mercadoria para agradar empresas e promotores imobiliários.

Tudo que é exposto aqui vai de encontro àquilo que é estabelecido como “resultados esperados” pelo planejamento estratégico municipal. As políticas afirmativas deveriam ser implementadas pelas empresas que acabam por gerar benefícios maiores a elas através da melhoria da imagem de sua marca. A promoção da igualdade étnico-racial e a reparação histórica à população negra está longe de ser atendida, uma vez que sequer existem cotas raciais que privilegiam os produtores locais. Ao exigir-se o CNPJ e desconsiderar as experiências e as histórias dos produtores locais, os atos discriminatórios que deveriam ser mitigados, conforme o planejamento estratégico, acabam por segregar os coletivos daquela região. Pela mesma razão, não se pode falar de incentivo à igualdade e à equidade de oportunidades, pois os dados sugerem que tais oportunidades estão distantes de qualquer simetria desejável.

Diante de tais reflexões, é possível considerar que todos os objetivos específicos para o presente estudo foram atendidos. O processo de empresariamento urbano foi tratado neste estudo como também o foi o branqueamento do território da zona portuária, como se pode perceber pela preferência a outros investimentos em detrimento de equipamentos culturais do circuito da herança africana e dos próprios coletivos. O que nos leva ao terceiro objetivo específico que é compreender em que medida organizações culturais ligadas às territorialidades negras da região da Pequena África são contempladas por políticas culturais no município do Rio de Janeiro de 2009 a 2023. O fato de que apenas alguns coletivos parecem ter sucesso na apresentação de projetos pode estar ligado ao entendimento de que uma simples capacitação é o suficiente para trazer os demais coletivos em pé de igualdade aos demais, quando na verdade é preciso fortalecer as ações afirmativas para que estes possam assumir o protagonismo de suas próprias ações e consigam acessar as políticas culturais o para a região.

Naturalmente, é preciso também tratar das limitações do presente trabalho. A dificuldade de acesso aos dados solicitados está entre as mais impactantes para este estudo. Tanto a OS⁵⁴ escolhida para cuidar da gestão dos projetos daquela

⁵⁴ Portal da transparência da prefeitura para acompanhar os contratos com as Organizações Sociais: <https://transparencia.prefeitura.rio/painel-das-organizacoes-sociais/>. Destaca-se que tanto para consulta da OS responsável pelo Museu do Amanhã, o IDG, que é uma empresa de maior porte, que possui contrato com SMC desde 2015, não são disponibilizados os indicadores e metas. Já a OS responsável pelo Zonas de Cultura, de menor porte, com contrato com a SMC de 2022, possui

região, quanto dos responsáveis por controlar suas ações não os disponibilizaram no portal de transparência. Seriam úteis para comparar o que era destinado a cada um dos atores envolvidos. Como já mencionado, a disputa por recursos escassos gera a competição predatória entre os coletivos, fazendo emergir divergências entre eles, o que só os enfraquece.

Em relação a estudos futuros, sugere-se uma análise dos grupos negros tradicionais, conforme mencionado antes, já tratado no estudo de Ribeiro (2023). Fazer uma comparação entre os coletivos antigos e mais tradicionais e os mais novos, descrevendo similaridades e divergências no acesso aos editais e se são suficientes para garantir suas ações. Outra possibilidade de estudo é a comparação com base em dados econômicos dos valores acessados pelos produtores culturais locais em empresas.

REFERÊNCIAS

- ALBINATI, Mariana. Políticas Culturais em disputa no Porto Maravilha. *Observatório das Metrópoles*, 18 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/politicas-culturais-em-disputa-no-porto-maravilha/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- ALBINATI, M.; DOMINGUES, J. Direitos culturais: diversidade e conflito produzindo a cidade. In SANTOS Jr., O. (Org.) *O programa interdisciplinar de formação de agentes sociais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 109-114.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro Projeto MPF com a Comunidade: Pequena África, 2022.
- BRONSTEIN, M. *Incentivo à cultura ou cultura do incentivo*: mais de vinte anos de renúncia fiscal à cultura no município do Rio de Janeiro, 1992–2015. Rio de Janeiro: FGV, 2017. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18362/Marcela%20Bronstein%202017%20FGV%20RJ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 jul. 2019.
- CHATELIER, Suzanne. ‘Rolé dos Favelados’ Conduz à Uma Visão de Dentro da Zona Portuária do Rio. Tradução Bruno Ferreira. *Rio On Watch*, 13 de setembro de 2017. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=27961>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura Política e Políticas Cultural. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2004.
- COSTA, Rafael. Instituto Entre o Céu e a Favela está com inscrições abertas para cursos e oficinas. *Voz da Comunidade*, 10 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://vozascomunidades.com.br/favelas/instituto-entre-o-ceu-e-a-favela-esta-com-inscricoes-abertas-para-cursos-e-oficinas/>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- DOMINGUES, João; ALBINATI, Mariana. Espaço empreendedor e empreendedores da cultura notas sobre a transformação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Políticas Culturais em Revista*, v. 9, n. 2, p. 437-458, Salvador, jun./dez. 2016.
- GIANNELLA, Letícia de Carvalho. *Revirando o “Porto Maravilha”*: luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. 309p.
- GOMES, Edlaine de Campos. Herdeiros da Pequena África: Narrativas Descompassadas. Ponto Urbe [Online], 14 | 2014, posto online no dia 30 julho 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1423>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas*: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Sítio Arqueológico Cais do Valongo: proposta de inscrição na lista de Patrimônio Mundial*. Brasília, DF: Iphan, 2016.

LIRA, José Tavares Correia de. *O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 1, p. 47-78, 1999.

MASSEY, Doreen. O sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 177-185.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder. Terceira parte – O território e o poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RIBEIRO, Lisyanne. O processo de branqueamento do território da Pequena África: os movimentos de resistência ao projeto Porto Maravilha. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. *Planejamento Estratégico Sintético Rio 2021-2024*. 2021. Disponível em: <https://plano-estrategico-2021-a-2024-pcrj.hub.arcgis.com/link>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. *20ª Semana Nacional de Museus: confira a programação da Secretaria de Cultura*. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cultura/20a-semana-nacional-de-museus-confira-a-programacao-da-secretaria-de-cultura/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR): Porto Maravilha. 2023a. Disponível em: <https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Edital de Ações Locais - Edição Paulo Gustavo. Edital SMC Nº 03, de 19 de julho de 2023. 2023b. Disponível em: <https://cultura.prefeitura.rio/wp-content/uploads/sites/38/2023/10/Edital-de-Acoes-Locais-Edicao-Paulo-Gustavo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SANTOS, Renato Emerson dos. "O ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639". In: SANTOS, Renato Emerson dos. *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson. Geografias da ação nas lutas anti-racismo: um olhar aproximativo. In: *Anais do ENANPUR XVIII*, 2019, Natal, RN, 2019.

_____. *Rediscutindo o Ensino de Geografia: Temas da Lei 10.639*. 2009 (Mimeo)

SANTOS, Renato Emerson; SILVA, Karoline S.; RIBEIRO, Lisyanne P.; SILVA, Naiara C. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? *Anais do XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: ANPUR, 2017.

SARKOVAS, Yacoff. O Incentivo fiscal à cultura no Brasil. Revista D'ART. nº 12,. p. 22-28. dez 2005. Disponível em: <https://www.sarkovas.com/2005-o-incentivo-fiscal-a-cultura-no-brasil/>. Acesso em: 11 mar 2013.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

TELLES, Vera da Silva. *Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos*. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan./jun. 2015, p. 15-41.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: VAINER, Carlos B.; ARANTES, Otilia Arantes; MARICATO, Ermínia Maricato (orgs.). *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.

ANEXO A

10 INICIATIVA ESTRATÉGICA FORTALECIMENTO DA AGENDA ANTIRACISTA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL



ORÇAMENTO (R\$ MILHÕES)

CUSTEIO PROJETO	10,5
CUSTEIO TERCEIROS	0,00
INVESTIMENTO PROJETO	0,00
INVESTIMENTO TERCEIROS	0,00

SITUAÇÃO ATUAL

No Brasil a proporção de negros é de 50,9%, e no estado do Rio de Janeiro esse número é ainda maior (51,7%). Segundo dados do IBGE, mais de 15 milhões de pessoas estão desempregadas. E entre as que estão empregadas, negros ganham menos e ocupam espaços profissionais de menos prestígio, caracterizando o racismo institucional. No Brasil, os negros são proporcionalmente mais pobres que os brancos, segundo o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a proporção de negros na população que recebe até 1% do salário mínimo por mês era de 71,5% e de 68,5% no estado do Rio de Janeiro. A medida que os índices de renda aumentam, a proporção de negros diminui.

DESCRIÇÃO DA INICIATIVA

A iniciativa propõe dar oportunidades a população negra, por meio de capacitações e microcrédito, empreendedores, incentivos a empresas que promovam a equidade racial no ambiente de trabalho, assim como pela substituição de cotas para negros no fomento cultural.

RESULTADOS ESPERADOS

- Aumentar a adoção de políticas afirmativas pelas empresas.
- Promover a igualdade físico-racial e a recuperação histórica à população negra.
- Melhorar atos discriminatórios.
- Incentivar a igualdade e equidade de oportunidades.

As pessoas que empreendem encontram uma maior burocracia e dificuldade de acesso à linhas de crédito, sendo que um dos fatores é a falta de educação financeira ou mesmo falta de

ESTA INICIATIVA É COMPOSTA DOS SEQUINTE PROJETOS

1. LAB CEPRI* - Este projeto tem como objetivo estimular o aumento do número de empreendedores afro-afetivos, desenvolver aqueles que já tem suas próprias negócios e também incentivar iniciativas associativas entre estes empreendedores. Para isso, serão oferecidos cursos profissionais de educação financeira por meio de parcerias ou cooperação técnica com instituições públicas ou privadas, nas modalidades de execução presencial ou à distância. Além do apoio ao empreendedor individual, piloto a pequeno empreendedor, o LAB promoverá com comunidades que necessitam de apoio para se fortalecerem e se organizarem economicamente, além estas comunidades tradicionais e da terceira, ou mesmo comunidades localizadas em regiões periféricas e vulneráveis da cidade.
2. Fomento de acesso ao Crédito via SEBRAE e BNDES - O objetivo deste projeto é validar oportunidades de negócios em campos sociais de menor renda, nomeadamente sem acesso ao sistema financeiro tradicional e assim promover a subsistência e entrar o fechamento de micros e pequenas empresas impactadas pela pandemia, as faturas de trabalho provisórias são parciais com o SEBRAE para a criação de uma rede de empreendedoras negras e capacitação e parceria com o BNDES para consórcio de microcrédito facilitado com agilidade na análise, aprovação para a liberação dos recursos e juros menores.
3. São CEPRI* - O projeto busca conhecer, validar e certificar empreendimentos da cidade que desenvolvam ações afirmativas para suas localidades, promovendo a equidade racial no ambiente de trabalho e também para seus clientes em geral. Acadêmicos que públicos de ações afirmativas possam estimular maior interação e representatividade de pessoas negras no mercado de trabalho, sobretudo no momento da retomada pós-pandemia e desta forma contribuir para mitigar e eliminar o preconceito e a discriminação racial da sociedade. São exemplos de ações afirmativas: cotas mínimas para afrodescendentes, campanhas de sensibilização sobre o combate ao racismo, identidade e igualdade material da oportunidades.
4. Ação Local* - Cultura Negra Carioca O projeto tem como objetivo resgatar o fomento direto aos programas de ações locais, por meio de práticas, atividades e projetos capazes de transformar positivamente seus territórios e comunidades com cotas prioritárias para as manifestações e linguagens culturais que reconhecem a cultura negra, especialmente ações de valorização do legado Popsteia Africa, símbolo da resistência da cultura negra no Rio de Janeiro. Além disso, faz parte a criação de um calendário turístico de base comunitária para ampliar as atividades de conscientização e conhecimento, contribuindo para o fortalecimento da agenda da igualdade racial na cidade.

* Coordenação Especial da Promoção da Igualdade Racial

ALINHAMENTO COM METAS

METAS | Fomentar oportunidades para a população negra, beneficiando diretamente 30.000 negros até 2024, por meio de capacitações, rede de negócios e ações afirmativas, contribuindo para o fortalecimento da agenda antirracista e da igualdade racial na cidade.

INDICADORES

- Número de empreendedores negros capacitados no LABCEpri.
- Número de projetos assessoriados no LABCEpri.
- Número de empreendedores capacitados que receberam o microcrédito.
- Número de ações CEPRI conectadas
- Número de ações locais de base comunitária realizadas a partir do calendário turístico

PRINCIPAIS MARCOS

- 2021 OUTUBRO
 - Bate as Vigas das Dona Pretas cidade.
 - Programa LAB CEPRI lançado.
- 2022 MAIO
 - Evento de premiação SÃO CEPRI para empreendedores negados.
- 2024 OUTUBRO
 - 1500 empreendedores fomentados com acesso ao crédito via SEBRAE e BNDES.
- 2024 DEZEMBRO
 - 500 projetos de ações locais no Rio de Janeiro atendidos.